

SESSÕES DO PLENÁRIO

8ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 10 de março de 2009.

PRESIDENTE: DEP. MARCELO NILO

1º SECRETÁRIO: DEP. ROBERTO CARLOS

2º SECRETÁRIO: DEP. JÚNIOR MAGALHÃES

À hora regimental verificou-se na lista de presença o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Antônia Pedrosa, Arthur Maia, Bira Corôa, Capitão Tadeu, Carlos Ubaldino, Clóvis Ferraz, Edson Pimenta, Eliana Boaventura, Eliedson Ferreira, Elmar Nascimento, Emério Resedá, Euclides Fernandes, Fábio Santana, Fátima Nunes, Fernando Torres, Gaban, Getúlio Ubiratan, Gilberto Brito, Gildásio Penedo Filho, Heraldo Rocha, Isaac Cunha, Ivo de Assis, J. Carlos, Javier Alfaya, João Bonfim, João Carlos Bacelar, Joélcio Martins, José Nunes, Júnior Magalhães, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Simões, Luiz Argôlo, Luiz Augusto, Luiz de Deus, Marcelo Nilo, Maria Luiza, Maria Luiza Laudano, Marizete Pereira, Misael Neto, Nelson Leal, Neusa Cadore, Paulo Azi, Paulo Câmera, Pedro Alcântara, Prof. Valdeci, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Ronaldo Carletto, Sandro Régis, Sérgio Passos, Virgínia Hagge, Waldenor Pereira, Yulo Oiticica e Zé Neto. (61)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

Gostaria de comunicar ao Plenário que, por um equívoco nosso, o nobre deputado Heraldo Rocha, até lhe comuniquei pessoalmente, indicou o deputado João Bonfim para fazer parte das comissões. Como o deputado João Bonfim não pertence a nenhum partido, eu assumi o equívoco e mandei retirá-lo das comissões, pedindo desculpas pelo equívoco, tendo em vista que determinamos a publicação apenas para cumprir os prazos regimentais e não percebemos que o deputado João Bonfim não pode ser indicado pelo Líder de um partido, tendo em vista que ele não tem partido.

Então, quero pedir desculpas, porque realmente houve um equívoco da nossa parte, o deputado Heraldo Rocha enviou o nome e nós publicamos, reconheço o

equivoco e mandei retirar. Gostaria de ter a compreensão de V.Ex^a, deputado Heraldo Rocha.

Com a palavra o Sr. 1º Secretário para ler o expediente.

(O Sr. 1º Secretário, deputado Roberto Carlos, procede à leitura do expediente.)

OFÍCIOS

Do Dep. Fábio Santana, comunicando sua ausência na sessões dos dias 19 e 22/01/2009, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

Do Dep. Bira Corôa, comunicando sua ausência na sessão do dia 22/01/2009, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, tínhamos informado na semana passada que, a partir desta semana, conforme decisão da própria Mesa Diretora, aprovada por unanimidade, cortaríamos o ponto dos deputados ausentes em sessão deliberativa. Mas tendo em vista que somente amanhã pela manhã, na Mesa Diretora, será regulamentado esse projeto de resolução da Mesa, nós só começaremos a cortar o ponto dos deputados faltosos em sessão deliberativa, como no Congresso Nacional, a partir das próximas votações, depois que a Mesa Diretora regulamentar. Amanhã, temos reunião da Mesa, provavelmente será aprovado amanhã e, sendo aprovado na Mesa, vamos enviar para os Srs. Deputados os critérios, como será posto através da resolução. É óbvio que o pensamento é que seja idêntico ao Congresso Nacional.

Há um requerimento assinado por mais de 21 Srs. Deputados:

Os deputados infrafirmados, com base no que se dispõe o inciso II, art. 92 do Regimento Interno, requerem a convocação de uma sessão extraordinária, a ser iniciada 2 minutos após o encerramento desta, com o objetivo de apreciar o requerimento de urgência nº 6.716/2009, de autoria do deputado Waldenor Pereira, para o Projeto de Resolução nº 1.984/2009, que altera o art. 50 e o caput do art.53 da Resolução nº 1.193, de 17 de janeiro de 1985.

Sala das Sessões, 10 de março de 2009.”

Deferido o requerimento.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pequeno Expediente.

Com a palavra o nobre deputado Álvaro Gomes pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, demais presentes aqui nas Galerias Paulo Jackson, os fazendários, o Sindsefaz, o IAF, gostaria de dizer que temos um projeto de grande importância para ser discutido, debatido e votado aqui nesta Casa Parlamentar, o projeto de lei nº 17.713/2008 e quero aqui afirmar que esse projeto é de fato bastante polêmico, mas é preciso que seja discutido, debatido e analisado aqui na Casa. Esse debate, aliás, não é recente, já em 2005 houve um grande debate aqui em uma audiência pública, com a presença de centenas de fazendários e, naquela oportunidade, havia uma posição unificada no sentido de que os agentes de tributos pudessem constituir crédito. Naquela oportunidade, não houve uma polêmica sequer.

Hoje, essa posição já não é tão unificada assim, há efetivamente uma polêmica sobre essa questão e argumentos dos dois lados. O principal argumento do IAF é que os agentes de tributos se constituirão em auditores fiscais sem fazer concurso público. Um outro argumento que é utilizado pelo IAF é o de que essa atribuição do agente de tributos para constituir crédito vai sufocar as pequenas empresas.

Exatamente para que não haja nenhuma dúvida, tentando resolver essa questão ou pelo menos deixar mais claro o projeto de lei, apresentei uma emenda que está colocada da seguinte forma: “Art. 3º Fica acrescentado um parágrafo único ao art. 7º, da Lei nº 8.210, de 22 de março de 2002, com o seguinte teor:...” Vai constar na lei.

“(...) Parágrafo único. O Agente de Tributos Estaduais em nenhuma hipótese será enquadrado como Auditor Fiscal sem prévio concurso público.”

Está aqui a emenda que fizemos exatamente para resolver essa preocupação do IAF de que os agentes de tributos se constituirão em auditores. Além do mais, é preciso ressaltar que o que está acontecendo neste projeto é apenas uma alteração de atribuição dum cargo público, porque essa aí não depende de concurso público. A alteração de atribuição de cargo não depende de concurso público. Depende de lei, como esta que será aprovada pela Assembleia Legislativa.

Portanto, quero deixar claro a todos os que estão preocupados com a possibilidade de os agentes de tributos virem a sacrificar as pequenas empresas que as atribuições deles não serão modificadas apenas em sendo aprovado neste Legislativo o projeto de lei. Falo da questão da constituição de crédito. Aqui tem quase uma página de atribuições dos agentes de tributos, e portanto não se constitui como única atribuição desses servidores a constituição de crédito.

Para se ter uma idéia cabe-lhes, além da nova atribuição, arrecadar receitas estaduais, efetuar vistorias e diligências para coleta de informações e documentos, realizar contagem física de estoque e examinar a respectiva documentação fiscal, coordenar e executar atividade de apoio técnico especializado na área tributária, executar atividade de captação, guarda e distribuição de recursos públicos estaduais, executar atividades de administração de aplicações de recursos públicos estaduais no mercado financeiro, da Dívida Pública estadual e do patrimônio de títulos imobiliários do Estado, entre várias outras.

Logo, os agentes de tributos não terão apenas a atribuição da constituição de

crédito. E o objetivo desta emenda foi exatamente resolver uma preocupação da direção do IAF porque há muitos auditores que defendem este projeto.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Antes de passar a palavra ao próximo orador, quero dizer, deputados Waldenor Pereira e Pedro Alcântara, que fui procurado hoje pela manhã pelos deputados Heraldo Rocha, a quem igualmente me dirijo, e Gildásio Penedo Filho para falar sobre o assunto das Comissões.

Conversei com V.Ex^a, deputado Waldenor, acerca da reunião que houve lá numa comissão. E não poderia ser diferente: com o seu perfil de pessoa que tem sempre compromisso, ele confirmou que aconteceu a reunião e também aquilo que eu disse a V.Ex^a pessoalmente, houve.

Eu só gostaria de fazer um apelo aos líderes para que possamos ter uma reunião amanhã, num horário, vamos conversar: o presidente, os dois líderes, tanto da Oposição quanto da Situação e o Líder do bloco independente, os três, para chegarmos a uma forma negociada.

Deputado Waldenor Pereira confirmou, realmente, que houve a reunião; ele confirmou que a Comissão de Segurança seria da Oposição. Acontece que no ano passado já foi de um deputado que teoricamente iria para o bloco independente, ou seja, houve um impasse não na palavra, mas em um acordo que na realidade não poderia ser, porque seria do bloco que continua independente até este momento nesta Casa.

Gostaria de fazer um apelo antes que comecem as discussões que já vi nos blocos. Estou fazendo como presidente: vamos marcar uma reunião, amanhã, na presidência, para que possamos chegar a um denominador comum. Deputado Heraldo Rocha tem razão na colocação, o deputado Waldenor também tem razão, ele confirma que foi acertado. Então, faço um apelo, como presidente, para que nós não levemos um assunto interno da Casa(...) e que podemos chegar a um denominador comum.

O Sr. Elmar Nascimento:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Elmar Nascimento.

O Sr. Elmar Nascimento:- Sr. Presidente, quero parabenizar V.Ex^a pela condução desse processo.

Apenas dizer o seguinte: que à época do acordo eu era Líder do bloco PR/PRTB, fui consultado e fico muito à vontade para fazer essa colocação, porque eu era contra a realização de acordo e contra a votação de um projeto do governo, em janeiro, da forma como foi votado. Agora, consulte a maioria da minha Bancada e fui voto vencido, a maioria quis que eu fizesse o acordo e concordei com que a Comissão de Segurança Pública fosse entregue à Oposição. Então, é o testemunho apenas que estou dando de que o bloco liderado por mim, naquele instante, posicionou-se, apesar de ser contrário ao acordo. Manifestei-me consultando a maioria do meu partido.

Era só esse registro, presidente, parabenizando V.Ex^a pela condução.

O Sr. Heraldo Rocha:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Heraldo, sua questão de ordem.

O Sr. Heraldo Rocha:- Sr. Presidente, faço minhas as palavras do deputado Elmar Nascimento, parabenizando V.Ex^a.

Procurei-o hoje pela manhã, apesar de saber que V.Ex^a não tinha, claro, nenhum poder de interferência, mas como magistrado e como nosso presidente, colocando a situação a respeito do acordo que foi firmado na oportunidade com o Líder do Governo, deputado Waldenor, para que pudéssemos votar os projetos na convocação extraordinária. Ontem à noite a Bancada da Oposição reunida designou um grupo de deputados: eu, deputado Gaban, deputado Gildásio e deputado Misael; fomos afirmar ao deputado Waldenor que ele havia assumido esse acordo.

Segundo ponto. Eu disse ao deputado Waldenor, ontem à noite, que estava assumindo ainda, por poucos dias, a liderança da Oposição então gostaria de criar nenhum empecilho para os projetos a serem desenvolvidos e enviados tanto pelo Executivo como pelo Judiciário e também pelos deputados. Hoje, infelizmente, nós já temos aí um projeto polêmico, mas o deputado Waldenor já havia colocado que iria incluir esse projeto na pauta de votação, então, para nós não é novidade.

Quanto a esse fato, nós queremos registrar que a Bancada de Oposição tem todo respeito ao deputado Waldenor, que é homem de palavra, com um currículo e uma história de vida e ele sabe que houve um acordo, senão não haveria interesse nenhum por parte do deputado Gildásio nem por nós em firmar o acordo. Houve uma posição firme, e coloquei esse problema também para o Líder do PR e para o candidato à presidência da comissão, deputado Ivo de Assis, que nós não temos nada contra o problema do PR. Agora, na verdade, nós não podemos (...), isso foi sempre uma tradição nesta Casa, a Oposição sempre teve sob seu comando essa comissão, e foi um acordo firmado.

Portanto, eu estou aberto e levarei um grupo de deputados, se V.Ex^a me permitir, inclusive o deputado Gildásio Penedo que participou, naquela oportunidade, como Líder daquela negociação, para encontrarmos um denominador comum. Tenha a certeza que de nossa parte encontrará toda a boa vontade e solidariedade para resolvermos esse impasse.

O Sr. Waldenor Pereira:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Waldenor Pereira.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, na conceituação filosófica, honra é a apreciação que as demais pessoas têm de si. E graças a Deus, na minha trajetória aqui nesta Casa Legislativa, aliás frequentemente tenho sido elogiado pela honra com que tenho assumido os compromissos à frente da Liderança do governo, aqui na Assembléia Legislativa do Estado da Bahia.

Todavia, sobre esse episódio é importante que todos, atentamente, possam

compreender o impasse. Não há quebra de acordo, não há quebra de palavra. É importante compreender que naquela oportunidade, no final do ano passado, nós acordamos, sim, que a Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública fosse presidida pela Oposição. Repito, deputado Heraldo Rocha, acordamos, sim, que a Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa fosse presidida pela Oposição. Naquela oportunidade, a Comissão era presidida pelo deputado Fernando Torres, que originalmente foi eleito pela base do Governo, mas que tomou uma decisão de se movimentar para a Oposição, como é de conhecimento geral. O deputado Fernando Torres tomou essa decisão bem antes das eleições, até porque apoiou a candidatura do candidato, eleito prefeito de Feira de Santana, Tarcízio Pimenta.

O deputado Fernando Torres decidiu por essa mudança de Situação para a Oposição e o Artigo 35 desse Regimento, deputado Heraldo Rocha, como V.Ex^a tem conhecimento mais do que eu, nos permitiria, naquela oportunidade, a recompor as comissões, porque o Artigo 35 diz: Será sempre revista a representação partidária nas comissões da Assembléia Legislativa quando houver modificação ou dissolução do bloco parlamentar.

Ele saiu do bloco parlamentar do PDT, deputado Gaban, o PRTB saiu do Bloco do PDT e foi para o Bloco do PR; tanto é que o Bloco do PDT teve que contar com a participação do PCdoB para permanecer enquanto Bloco partidário. Nós, então, não solicitamos a mudança da presidência e nem a recomposição das comissões. Acordamos pela manutenção do deputado Fernando Torres, que acaba de chegar neste Plenário, como presidente da Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública.

Portanto, de fato nós concordamos, naquela oportunidade, que a Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública fosse presidida pela Oposição. Todavia, o Bloco do PR, que naquela oportunidade era liderado pelo nobre colega, deputado Elmar Nascimento, hoje se apresenta como Bloco independente e reivindica a presidência da comissão. Portanto, essa comissão, ela não está vinculada ao Bloco do Governo, ela não está vinculada à Bancada do Governo. Daí a minha dificuldade de disponibilizar a presidência para a Oposição.

Hoje pela manhã já conversei com o deputado Pedro Alcântara, por mais de uma vez, já dei declaração na Imprensa que não assumiria nenhuma oposição particular à decisão da Liderança do PR de disponibilizar a presidência para a Oposição.

Portanto, quero parabenizar também o deputado Marcelo Nilo, por essa organização de uma agenda de entendimentos para buscarmos uma solução, mas cabem essas explicações preliminares da Liderança do governo, para não haver essa caracterização, infelizmente, que está na imprensa, nos blogs, de que esteja sendo quebrado o acordo firmado. Essas informações são fundamentais. Parabenizo V.Ex^a para que, através do diálogo, com a presença de V.Ex^a, possamos chegar a uma conclusão a esse respeito.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Quero até pedir desculpas, porque me esqueci que era o Pequeno Expediente. Era para deixar para depois do Pequeno Expediente. Quero pedir desculpas aos Srs. Deputados. Se concordarem, prorrogo o Pequeno Expediente por 10 minutos.

Por acordo, vou prorrogar até às 15h40min o Pequeno Expediente, para que os deputados possam falar. Peço desculpas, por levantamos a questão de ordem no Pequeno Expediente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Gaban, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. GABAN:-Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, ouvi, deputado Álvaro Gomes, parte do pronunciamento de V.Ex^a e tenho que discordar das colocações aqui feitas por V.Ex^a. Não existe nenhum projeto polêmico circulando na Assembleia Legislativa da Bahia, nenhum. O projeto que V.Ex^a trata como polêmico é um projeto que teve parecer da OAB, considerando-o inconstitucional. O parecer a que V.Ex^a faz referência... Houve um parecer do Ministério Público do Estado da Bahia considerando-o inconstitucional. E foi além. Fez recomendações ao Exm^o Sr. Governador para que não criasse métodos jurídicos que trouxessem constrangimentos futuros.

Esse projeto que V.Ex^a tratou aqui como polêmico, poderia até ser polêmico se tivesse sido enviado e não tivesse havido o pronunciamento do Supremo Tribunal Federal. O projeto chegou à Casa antes da decisão do Supremo Tribunal Federal, a qual ocorreu dia 18 de dezembro de 2008 e que na mesma linha de raciocínio do Ministério Público, da OAB, considerou, julgando caso idêntico do governo do Ceará através de uma Adin, inconstitucional.

(As Galerias batem palmas.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Gaban, permita-me. As Galerias não podem se manifestar, só podem, no máximo, bater palmas. É regimental. Gostaria que ninguém gritasse. Faço um apelo, porque o Regimento não permite que ninguém grite. Faço um apelo a V.S^{as}, porque está no Regimento e tenho que assegurar a palavra ao deputado que está utilizando a tribuna.

Volto a palavra a V.Ex^a e descontarei seu tempo.

O Sr. GABAN:-O que estamos discutindo aqui, deputado Álvaro Gomes, é o juramento que nós, deputados estaduais, fizemos quando, no Tribunal Regional Eleitoral, assumimos este novo mandato, jurando respeitar o que determina a Constituição do Estado da Bahia.

Não podemos, em nenhuma de hipótese, sob nenhum argumento, desrespeitar o juramento que fizemos, pois se estaríamos sujeitos até de perder o mandato que exercemos pela livre vontade do povo que nos elegeu. Quando se fala nesta Casa em combater sonegação, essa premissa é falha, porque não se combate sonegação em cima de 4% de arrecadação, que são os micro e pequenos empresários.

Se houver corrupção e sonegação na Bahia, que se invista, combatendo e fiscalizando as grandes empresas. Só para citar um exemplo, as 10 maiores empresas são responsáveis por 50,3% da arrecadação do ICMS. Se formos partir para as 60

maiores empresas, já dariam mais de 60%, as 20 maiores empresas seriam mais de 60% da arrecadação do Estado. É falsa a premissa que diz que se vai combater sonegação no Estado da Bahia prejudicando, quando se está prejudicando um segmento importantíssimo. Deputado Reinaldo Braga, as 140 mil pequenas e microempresas do Estado da Bahia geram em torno de 700 mil empregos e arrecadam apenas 4%. Se considerarmos os familiares, empresários, a população envolvida seria, deputado Heraldo Rocha, de três milhões e meio de baianos. Entendo que a Secretaria da Fazenda deveria olhar, focar no mínimo a permanência dos empregos gerados. Não é sob o pretexto de se querer dar um benefício a uma categoria, não quero discutir esse mérito, que se toma uma medida inconstitucional.

A Bahia sempre foi considerada um estado referência nacional com relação à Secretaria da Fazenda através do trabalho feito pelos agentes de tributos e auditores fiscais. Não sou contra agentes de tributos, mas não se pode querer beneficiar os agentes de tributos através de uma medida inconstitucional. Acho que a Secretaria da Fazenda, de uma maneira geral, tem que ser sempre preservada, porque é responsável pela arrecadação. Isso, porém, não faz com que aprovemos um projeto da forma que está. O projeto é inconstitucional, definido pela OBA, Ministério Público e pelo Supremo Tribunal Federal. Já há jurisprudência sobre esse assunto. Se quer beneficiar a categoria do Sindsefaz, vamos beneficiar de outra forma, não com equiparação, que é inconstitucional. Juramos respeitar a Constituição do Estado da Bahia. (Palmas)

(Revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o nobre deputado Gildásio Penedo. (Pausa) Com a palavra o nobre deputado Gildásio Penedo. (Pausa) Na ausência do deputado Gildásio Penedo, com a palavra o deputado Heraldo Rocha pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. HERALDO ROCHA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, teleouvintes da TV Assembléia, rádio-ouvintes da Rádio Oposição, companheiros que nos dão a honra de suas presenças nesta sessão, o deputado Gaban coloca de uma forma muito clara a posição desse projeto de lei que tramita em nossa Casa. Já tivemos aqui uma audiência pública onde se debateu profundamente esse projeto. Naquela oportunidade, o representante do Exm^o Sr. Secretário da Fazenda disse que havia feito uma consulta à Procuradoria. Hoje, temos o parecer da Procuradoria, um parecer do Ministério Público e uma Adim colocando este projeto como inconstitucional. (Palmas) Não podemos e não vamos agir assim. Como Líder da Bancada de Oposição, afirmo que não vamos partidizar esse projeto, que não tem cor partidária nem ideológica.

Esse projeto está traduzido em uma situação péssima para o Estado da Bahia, criando um ambiente péssimo em uma ilha de excelência no Brasil que é a Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia. Sempre aprendi, e aí não são auditores nem agentes, mas todo o corpo funcional, que a Secretaria da Fazenda é muito considerada no Brasil. Já tive oportunidade, por duas vezes, de ser secretário de Estado e sempre soube que a Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia era uma ilha de excelência.

Hoje, graças à partidarização – partidarização! – do Exmº Sr. Secretário, está havendo lá um clima péssimo para o Estado, principalmente num momento importante em que estamos vivendo uma das mais graves crises da economia mundial, de grandes proporções, para a qual a Bahia não se preparou. Agora mesmo vemos fábricas fechando. Como se não bastasse, soubemos hoje pela manhã que um dos hotéis mais importantes da rede hoteleira da nossa capital, que é o Salvador Praia Hotel, fechou.

Em vez de estarmos discutindo essa crise econômica, a grave problemática da fuga de investimentos da Bahia para Pernambuco e outros estados, estamos criando essa situação de atrito entre servidores dessa secretaria. (Palmas)

Apoiarmos a ou b é muito fácil, mas não devemos ser irresponsáveis ou levianos, não. Temos de pensar na situação econômica do nosso Estado.

Ontem, um representante da Saeb afirmava em uma matéria do jornal A Tarde que não podia contratar os delegados porque não tinha orçamento. Ora, há poucos dias, numa audiência pública aqui nesta Casa, o Exmº Sr. Secretário da Fazenda do Estado afirmava que tem 2,5 bilhões em caixa. Então é falta de gestão ou é incompetência gerencial.

A nossa Bancada já discutiu, já ouviu todos os setores e ouvirá todas as vezes que os senhores e as senhoras quiserem. Podemos marcar audiência tanto com os auditores como com os agentes de tributos, estamos abertos para ouvi-los. Mas continuo afirmando: derrubem a inconstitucionalidade, derrubem o parecer da procuradoria e do Ministério Público, e contarão com o nosso apoio. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Presidente (Marcelo Nilo):- Antes passar a palavra ao próximo orador, tendo em vista que vários funcionários estão procurando saber sobre a votação do projeto de lei 17.713 – que é polêmico, estamos vendo aqui que alguns o defendem e outros o criticam –, quero informar que a Secretaria da Mesa me comunicou que esse projeto só poderá ser votado depois do dia 20.

Então, caso seja votada nas comissões, essa matéria provavelmente virá para ser votada no Plenário – e essa será uma decisão no voto – no dia 24. Repito, provavelmente! Para isso, ela terá de ser votada nas três comissões, separadamente, ou pela Comissão Conjunta, se o Líder do governo ou o da Oposição pedir.

Provavelmente, esse projeto será votado nas comissões até o dia 20. Se não for, será obrigado a vir para o Plenário. Mas eu gostaria que as três comissões – ou a Comissão Conjunta, se um dos Líderes requerer – o votassem. Se isso acontecer, provavelmente, reitero, ele será votado neste Plenário no dia 24. Aqui, o voto é aberto, há o não e o sim. Cada um vai acompanhar o voto do deputado, porque esta é uma Casa plural, de forças heterogêneas, de vários partidos políticos, cada um com sua decisão.

Estou dando essa explicação porque nós dissemos, na semana passada, que provavelmente seria votado no dia 16, mas não pôde porque não foi votado na Comissão de Constituição e Justiça...

O Sr. Gaban:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, nobre deputado Carlos Gaban.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, complementando as informações prestadas por V.Ex^a nesse momento, eu gostaria apenas de informar a V.Ex^a e a todos os Srs. Parlamentares que hoje quando da instalação da Comissão de Constituição e Justiça, por onde deverá tramitar esse projeto, eu argui do presidente, deputado Zé Neto, qual seria o comportamento da tramitação específica desse projeto.

O deputado Zé Neto me garantiu hoje na comissão, quando indagado, que, como o prazo para a apresentação das emendas expirou dia 5 agora, ele não teve ainda tempo de analisar as emendas que foram apresentadas; ele só vai fazer e comunicar as emendas a partir da próxima reunião. Então, esse prazo, provavelmente, deverá ser prorrogado pelo menos em uma semana. Mas também informo que fui procurado há dois dias na tentativa de um entendimento para que esse projeto, já que foi considerado inconstitucional pela OAB, pelo Ministério Público e pelo Supremo Tribunal Federal, chegue a um consenso para que atenda parte dele, tirando a parte inconstitucional. Talvez o Líder do Governo tenha mais elementos. Estamos abertos.

E também sugeri, Sr. Presidente, hoje, na comissão, que logo após o presidente, na próxima sessão, relatar a todos os parlamentares as emendas, que fizesse uma reunião aberta na qual iriam participar a OAB, o Ministério Público, o Procurador-Geral do Estado, que avocou a si o parecer sobre esse projeto, iríamos reunir o Secretário da Fazenda, o presidente do IAF, o presidente do Sindsefaz e quem, do meio jurídico, achar que esse projeto é constitucional, contrapondo a decisão do Supremo Tribunal Federal, da OAB, do Ministério Público para que esta Casa calcada em todas as informações, porque hoje, Sr. Presidente, o que temos em mãos são os três pareceres. E os três que temos, inclusive o da instância maior que é o Supremo Tribunal Federal, todos consideram o projeto inconstitucional.

Então, para que ele possa tramitar, espero, Sr. Presidente, já falei isso uma vez e volto a repetir, V.Ex^a é testemunha, eu gosto desta Casa com V.Ex^a e todos os parlamentares gostam, acho que as decisões da Casa devem ser tomadas na Casa, mas se esse projeto começar a tramitar, Sr. Presidente, mesmo a Casa tendo consciência da sua inconstitucionalidade, esse é um debate maior, irei tomar as medidas judiciais necessárias para interromper o trâmite desse projeto aqui na Assembleia Legislativa.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Gaban, só serão prorrogados os prazos se o Líder do Governo, o Líder da Minoria e o Líder do Bloco dos Independentes me pedirem. Se me pedirem nós prorrogaremos, mas só prorrogo esse prazo se os três líderes pedirem, aí prorrogarei. Não teria problema nenhum, apesar de estar lá desde o dia 5, há quem fez emendas, o deputado Zé Neto é o presidente da comissão, acho que V.Ex^a colocou com muita clareza a posição política de V.Ex^a, mas a decisão será aqui no Plenário.

Quero dizer aqui de público, não poderia ser diferente, que se os três líderes me pedirem para prorrogar, nós prorrogaremos. Se os líderes não pedirem, se vencer o prazo na comissão, salvo engano, que é no dia 20 e se um dos líderes me pedir, eu

trago para o Plenário direto e será votado no dia 24. Agora, se os líderes me pedirem, como esta é uma Casa política, geralmente fazemos as coisas por consenso.

O Sr. Waldenor Pereira:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Waldenor Pereira.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, sem entrar no mérito da questão, até porque na condição de líder não gostaria de emitir opinião a respeito do projeto, nesse momento pelo menos, queria chamar a atenção do deputado Gaban que o projeto foi encaminhado a esta Casa pelo Exmº Sr. Governador do Estado, é de origem do Poder Executivo.

Portanto, quanto à questão da constitucionalidade do projeto, V.Exª tem razão de afirmar que caberá à Comissão de Constituição e Justiça, V.Exª está emitindo uma opinião pessoal. Digo pessoal, respeitosamente, porque as opiniões da OAB, do Ministério Público -que eu inclusive tive o cuidado de fazer a leitura cuidadosa, minuciosa, e não estou fazendo defesa, quero deixar claro aqui, absolutamente - dizem respeito às consultas que foram formuladas não sobre o projeto que se encontra nesta Casa, não sobre projetos, (palmas) mas a respeito de uma avaliação do projeto no tocante à possibilidade de movimentação de carreira.

Para ser mais claro, há uma consulta a respeito da possibilidade de a carreira de agente de tributos alçar à condição da de auditores fiscais, considerando que os pré-requisitos para a admissão são diferentes tanto de uma carreira quanto da outra, assim como as suas atribuições.

Queria dizer a V.Exª, com todo o respeito, que, se me fosse formulada a mesma consulta, responderia igualmente ou *ipsis litteris* o que responderam a OAB e o Ministério Público. (Palmas.) Todavia os pareceres de ambas as instituições não dizem respeito ao conteúdo do projeto. Só queria fazer essa observação (palmas), sem estar, naturalmente, emitindo opinião a respeito do mérito do projeto.

Portanto, na avaliação do governo, o projeto é constitucional, independentemente da posição que este Parlamento irá tomar a respeito da matéria. (Palmas.) Agora, claro, caberá à Comissão de Constituição e Justiça, naturalmente, a avaliação da constitucionalidade ou não dele. Agora, enquanto Líder do governo, não poderia de esclarecer essa questão de ordem formulada por V.Exª, porque seria uma irresponsabilidade do governo enviar a esta Casa um projeto de lei que já fosse considerado inconstitucional, como V.Exª afirmou.

Então, essa é a minha questão de ordem para efeito de esclarecimento.

Agradeço a V.Exª, Sr. Presidente.

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Só gostaria que V.Exª fosse breve. (Palmas)

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, de uma maneira rápida, até por causa do tempo do Pequeno Expediente, quero dizer, deputado Waldenor, com todo o respeito que nutro por V.Exª, o qual sei que é mútuo – já mandei pegar a minha pasta no meu gabinete –,

vou fazer mais um pronunciamento, em outro horário, talvez no do PTN, e trazer tanto o parecer do Ministério Público quanto o da OAB referente a esse projeto.

Não gostaria, mas se V.Ex^a, deputado Waldenor... deputado Waldenor, deputado Waldenor, não gostaria, mas se V.Ex^a desejar que o faça neste momento ou no próximo pronunciamento, farei alguns comentários a respeito do parecer do procurador-geral do, Estado, do qual estou de posse. Até em respeito à Procuradoria e ao próprio procurador, um excelente servidor do Estado, não gostaria de fazer comentários a respeito do parecer dele, que é cheio de contradições, mas, se V.Ex^a e a Casa assim o desejarem, hoje mesmo farei comentários sobre o parecer do procurador-geral do Estado, que considera – preste atenção, deputado Waldenor! – esse projeto menos inconstitucional do que um projeto semelhante aprovado na época do governo de Waldir Pires.

Não existe projeto mais ou menos inconstitucional, mas isso está no parecer do procurador-geral do Estado da Bahia. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Clóvis Ferraz pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. CLÓVIS FERRAZ:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, Srs. Jornalistas, gostaria de saudar os auditores fiscais e os agentes de tributos da Secretaria da Fazenda aqui presentes, os quais, neste momento, reivindicando a discussão do projeto que está por vir. Acho que tais discussões ainda não acabaram. É preciso que, realmente, se discuta mais esse projeto sabendo que há pontos altamente negativos. Como já houve diversas manifestações, da OAB, do Ministério Público, do Supremo, é preciso que se chegue a um denominador comum. Esse projeto não pode ser votado contra a vontade da maioria dos auditores da Secretaria da Fazenda, é preciso que o governo tenha essa compreensão.

Nós aqui não poderemos votar um projeto que não atenda aos interesses do Fisco da Bahia, que não atenda, também, o interesse da população, da sociedade. Por isso nós temos que continuar discutindo para chegar a um denominador comum.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós fizemos aqui pronunciamentos no dia 26/11 e no dia 02/12, e fizemos uma indicação ao governo do Estado para prorrogação dos prazos de pagamento do ICMS, devido à crise que tem se abatido ao longo desses últimos meses na economia mundial, com grandes reflexos no Brasil. Só quem não vê muito esses reflexos é o presidente da República, que diz que é uma marola, mas estamos vendo aí fábricas fechando, o comércio acabando com postos de trabalho, ouvi hoje a notícia do fechamento do Salvador Praia Hotel, já havia fechado a indústria de eletrônicos Britânia. Há algum tempo, os empresários, representados pelo presidente da Federação das Indústrias, Victor Ventin, e também pelos presidentes da CDL e da Federação do Comércio, reivindicam ao governo do Estado medidas que venham, pelo menos, trazer um paliativo, para que possam continuar funcionando o comércio e a indústria neste Estado. Para isso é importante a prorrogação do prazo de pagamento do ICMS, e o governo ainda não tinha acenado com nenhuma medida que viesse ao encontro dessa solicitação dos empresários da Bahia para amenizar a crise, manter os postos de trabalho.

Felizmente, parece que agora o governo resolveu, e eu quero aqui parabenizá-lo. Nós criticamos no momento em que é para criticar, mas também devemos parabenizar no momento em que é para parabenizar. Apesar de ter vindo um pouco tardia essa solução de prorrogar os prazos, está na imprensa, hoje, que o governo assinou a prorrogação dos prazos para o pagamento do ICMS, trazendo assim um alívio, para que possam os empresários do setor manter os postos de trabalho.

Cobramos, sim, desde novembro essa prorrogação, fizemos uma indicação ao governador Jaques Wagner, através da Assembleia Legislativa, mostrando sua necessidade. A Secretaria da Fazenda teria que vir com essa medida, que é pelo menos um paliativo para os empresários. Já houve diversas demissões no comércio, na indústria, e esperamos que essa medida venha conter essas demissões que estão ocorrendo no Estado da Bahia.

Queremos, pois, parabenizar, o governo pela medida, ainda que tardia, mas que traz uma alívio para a economia do Estado. Esperamos que, pelo menos, tenha o efeito de conter essas demissões que estão ocorrendo no Estado da Bahia nos setores de que aqui falamos.

Muito obrigado Sr. Presidente e Srs. Deputados.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):-Com a palavra o deputado Eliedson Ferreira pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ELIEDSON FERREIRA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as}. Deputadas, senhores que nos acompanham da Galeria Paulo Jackson, senhores da TV Assembleia, servidores desta Casa, há algum tempo os estudantes do curso de medicina de Feira de Santana, UEFS, tem vindo a esta Casa para reclamar dos problemas enfrentados. Temos ouvido por parte do presidente da República e visto o destaque do suposto investimento na educação em nosso país, sobretudo nos cursos de nível superior. No entanto, não é o que acontece na UEFS. Isso foi trazido a esta Casa na manhã de hoje através dos estudantes do curso de medicina, que nos apresentaram uma carta pública. Nessa carta eles falam da precariedade do curso de medicina da UEFS:

Atualmente são 52 professores quando deveriam ser 95. Desses 52, 39 concursados, dentre eles 7 com carga horária parcial. (Lê) “Este fato leva ao não cumprimento do planejamento pedagógico(por exemplo, falta de aulas, excesso de estudantes para um professor num campo de práticas, módulos sem professores, falta de especialistas para áreas específicas), interrupção total das atividades por 4 meses entre o 4º e 5º ano, inatividade de algumas comissões (apoio pedagógico, capacitação docente, de infra-estrutura, entre outras).

Outro agravante, é que 13 dos docentes do curso são professores substitutos (contratação REDA) e, por seu caráter temporário, a curto prazo ocorrera uma diminuição do corpo docente. Outro ponto é que, segundo o parágrafo único do artigo 25 da Lei Estadual 7176 97, a proporção máxima de professores substitutos é de 20% do quadro docente do departamento, o curso de medicina encontra-se acima do

máximo estipulado para o departamento. Esse fato atua diretamente na curta permanência dos docentes REDA (não possuem vantagens do concursado, buscam outros concursos) e no não interesse de outros profissionais em participar da Seleção (aguardam um concurso público, definitivo, para alterarem toda a estrutura de vida e disponibilizarem a carga horária para a UEFS). Isso leva a uma constante saída de professores e muita dificuldade em preencher as vagas vagas REDA.”

Os estudantes estiveram aqui hoje e a Comissão de Educação, na sua instalação, já deu uma atenção todo especial, através dos deputados Capitão Fábio, Luiz de Deus, como vice-presidente. Foi marcado para o dia 24... O secretário de Educação está em Feira de Santana para tratar desse assunto, mas precisa de ações concretas.

Lembro que há quase um ano os estudantes da UEFS estiveram aqui com essa mesma pauta, apresentando as mesmas reivindicações. Se de fato a educação é prioridade deste governo, não adianta apenas o secretário ir ouvir as reclamações e deixara situação da UEFS como está. É preciso que essa situação seja resolvida. Um curso tão importante como esse de medicina, de uma universidade estadual, não pode ser entregue às moscas, não se pode deixar que os estudantes e o Estado, consequentemente, sejam prejudicados por falta de atenção.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Grande Expediente.

Não há orador inscrito.

Horário das representações partidárias.

Com a palavra o nobre líder do PCdoB, Partido Comunista do Brasil, para falar ou indicar orador, pelo tempo de até 10 minutos.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, falará pelo tempo de 10 minutos o nobre colega, deputado Álvaro Gomes.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para variar, com a palavra o nobre deputado Álvaro Gomes, pelo tempo de até 10 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, volto, mais uma vez, a polemizar sobre o projeto do Fisco que é, efetivamente, polêmico. Se não fosse polêmico, não teríamos aqui no Plenário essa divisão: metade com cartaz não e metade com cartaz sim. Essa é a prova que é polêmico. E a prova que é polêmico é que o governo do Estado mandou um projeto aqui que considera absolutamente constitucional. (Palmas!) Já outros entendem que o projeto é inconstitucional. Então o projeto é polêmico. Não tem como tirar essa polêmica.

Agora, a consulta que foi feita ao Ministério Público e à OAB não foi para esse projeto; foi para outro projeto. (Palmas!) Foi para outro projeto.

Ora, se a consulta foi feita para um outro projeto que, por sinal, não está tramitando aqui, é um outro projeto onde induz o Ministério Público e a OAB a dizer

o seguinte: é correto transferir os agentes de tributos para função de auditor fiscal? É claro que todo mundo vai dizer que é inconstitucional, evidentemente. O projeto não é esse.

Já falei aqui, existe uma página de atribuições para os agentes de tributos. O estabelecimento de atribuição não é inconstitucional. (Palmas!) O Executivo pode estabelecer quais são as atribuições do servidor. Isso não é inconstitucional. Não foi e nunca será. (Palmas!) E o julgamento que foi feito em Brasília, pelo Supremo, o julgamento não foi deste projeto da Bahia. Pode ter sido de qualquer outro Estado, não da Bahia. Não foi feito nenhum julgamento no Supremo Tribunal, do projeto aqui da Bahia. Cada projeto é um projeto, cada situação é uma situação.

Portanto, o projeto que está aqui é um projeto absolutamente constitucional, do nosso ponto de vista, do nosso ponto de vista, do nosso ponto de vista!

Agora, são justas as preocupações de parcela dos auditores fiscais, porque a outra parcela dos auditores fiscais também entende que esse projeto é constitucional. Isso não é unânime entre os auditores fiscais. Boa parte dos auditores fiscais entende que esse projeto é constitucional.

Eu fiz a emenda exatamente para buscar acabar essa polêmica, porque parcela - não são todos os auditores fiscais que dizem isso - parcela dos auditores fiscais dizem que os agentes de tributos vão se transformar em auditores fiscais, sem o concurso público.

Eu estou incluindo como emenda, para constar na lei, de que isso não poderá ser feito sem o concurso público. Está claro, com todas as letras: constará na lei. E também é importante desmistificar o argumento de que os agentes de tributos vão sufocar as microempresas, porque essa ideia parte do pressuposto de que eles irão apenas constituir crédito.

Ora, são trabalhadores, trabalham o tempo todo, não ficam só constituindo créditos! (Palmas!) Os agentes de tributos são incansáveis servidores que fazem muito mais do que constituir crédito. Essa é apenas uma das dezenas de funções que exercem. Portanto, fazem muito mais do que apenas constituir crédito. (Palmas!) Também não é correto, não concordo com o argumento de que eles vão sacrificar as pequenas empresas. Não concordo!

Agora, este é um Parlamento que está aberto, da mesma forma que estivemos abertos para fazer a audiência pública em 2005 e a recentemente realizada. Da mesma forma que, para atender o anseio de uma parcela dos auditores, fiz uma emenda ao projeto deixando claro que os agentes de tributos não se transformarão em auditores fiscais sem prévio concurso público.

Este é um Parlamento aberto! Se a parcela dos auditores que é contrária a este projeto apresentar aqui argumentos fortes, consistentes e reais, nós poderemos rediscutir. E não adianta dizer que há uma votação do Supremo porque este projeto nem foi aprovado ainda. Não adianta também dizer (Palmas!) que a OAB e o Ministério Público deram pareceres contrários porque eles foram proferidos para um outro projeto, não para este. Valem para o outro, não para este colocado aqui.

Portanto, entendo que estamos vivendo um momento rico, de debate. E esta

discussão é importante porque foi através dela que eu tive a iniciativa de fazer uma emenda para contemplar a parcela dos auditores que discordam do projeto. É por meio dos debates que poderemos avançar e aperfeiçoá-lo.

Entendo também que até mesmo a parcela de auditores que é contrária ao projeto defende a melhoria do serviço público. Então, estamos todos discutindo algo que o melhora na Bahia. Agora, é preciso trazer argumentos consistentes e reais que verdadeiramente convençam...

O Sr. Gaban:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ÁLVARO GOMES:- V.Ex^a está inscrito.

Só para concluir meu raciocínio, é necessário apresentar argumentos que efetivamente convençam os parlamentares. Até o momento, os colocados pela parcela dos auditores representados pelo IAF me parecem duma fragilidade muito grande.

Portanto, acho que o projeto precisa ser analisado, debatido profundamente, e as propostas e idéias precisam ser apresentadas. Apresentaram-se inúmeras emendas, eu mesmo apresentei algumas, e me parece que o deputado Gaban também apresentou. São várias emendas apresentadas aí e, fruto desse debate, nós vamos chegar a um denominador comum e aprovar aquilo que for melhor para o Estado da Bahia.

Portanto, acho que este é um momento muito rico. Eu fico muito satisfeito em ver aqui essa polêmica, porque o ruim seria se aqui não houvesse polêmica, se aqui houvesse o silêncio dos cemitérios. Aqui, é preciso que haja polêmica mesmo, é preciso haver discussão e debate, porque é dessa forma que vamos construir uma sociedade justa, onde todos possam viver sem exploração, sem opressão, onde todos possam viver com dignidade.

Assim, essa polêmica é muito positiva. Agora, é preciso que haja argumentos fortes, consistentes, porque, até então, pelo que analisei do projeto, ele contribui para a melhoria do serviço público no Estado da Bahia.

(Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Concedo a palavra ao Líder do governo e da Maioria ou ao representante do PSB para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, por todo o tempo falará o deputado Capitão Tadeu.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra o deputado Capitão Tadeu pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. CAPITÃO TADEU:- Sr. Presidente, Srs. Deputados e Deputadas, funcionários, imprensa, servidores da Fazenda, povo baiano, ontem, eu fiz aqui um pronunciamento duro nesta Casa, como aliás é o meu estilo e, hoje, em um dos blogs da cidade, veio uma resposta do governo dizendo que foi pego de surpresa e que eu sou imprevisível. Eu gostaria de dizer que, 48 horas antes do meu discurso, eu avisei ao governo da minha insatisfação, da minha preocupação, e o governo ignorou, como

aliás é praxe ignorar os meus avisos, os meus alertas, as minhas posições e as minhas opiniões.

Eu fui completamente ignorado pelo governo, apesar de ser da Base do governo. Avisei à direção do meu partido que estava errada, a condução da política de segurança pública na Bahia estava errada, e ignoraram o meu aviso. Eu disse que iria me pronunciar. Avisei à direção do meu partido, às autoridades do governo, e ninguém deu resposta. Se a minha opinião não tem valor para o governo do Estado, eu me sinto muito à vontade, me sinto muito tranquilo para expô-la publicamente.

Sinceramente, eu gostaria de resolver essas questões internamente, mostrando os erros, mostrando os caminhos para corrigi-los. Mas o governo ignora. Deputado aqui é para cumprir ordens, deputado aqui não é levado em consideração. Por conta disso, eu me senti no direito de expor publicamente o que eu penso. Eu tenho consciência, tenho pensamento, tenho posicionamento, mas eu tenho respeito próprio também. Eu não posso ser deputado da Base do governo e ser ignorado por ele, como se eu não existisse.

Se eu não existo para o governo, eu existo para os meus eleitores, eu existo para a sociedade baiana. Então, a minha resposta de ontem foi nesse sentido. Avisei com antecedência, portanto, não peguei o governo de surpresa. Disse que iria fazer, portanto, não fui imprevisível. Aliás, se existe um deputado aqui que é previsível sou eu. Eu aviso antes tudo que eu digo que vou fazer. Sou totalmente transparente, e V.Ex^{as} são testemunhas de que eu aviso que vou fazer. Eu digo, mas ignoram. Não tem importância nenhuma a opinião de deputado. Quando eu dei minha opinião ontem, teve importância porque teve repercussão pública?

Eu quero aqui mais uma vez frisar: parabenizei o governador Jaques Wagner porque permitiu a investigação. Ele está de parabéns pela investigação, cortou na carne. Ficou constrangido, mas tornou público. Foi sensato, foi correto. Eu o elogiei por isso!

Parabenizei também o secretário da Segurança Pública, Dr. César Nunes, porque ele foi eficiente e correto. Agiu de forma correta. Se tem provas contra corrupto, que o prenda. Achei até que o governo foi benevolente por não ter pedido a prorrogação da provisória. Se alguém cometeu um deslize, que pague, seja quem for. Se há provas, seja a autoridade que for, ela tem de pagar por seus erros.

E pior, quanto maior a autoridade, maior a punição. Porque quando um soldado é flagrado recebendo propina de um motorista, ele é punido com rigor pelo comandante geral. Então, se o comandante geral cometeu um deslize, a punição tem de ser maior para servir como exemplo à sociedade de que a polícia é séria, de que a instituição é séria.

Existem denúncias de corrupção em todas as instituições, e elas não podem pagar por atos de seus servidores. A Secretária da Fazenda é séria, mesmo que no passado algum secretário tenha cometido alguma corrupção. A Secretária da Educação é séria, mesmo que algum servidor cometa algum deslize. Então não podemos confundir a instituição com seus membros.

Saí em defesa da Polícia Militar porque ela é uma instituição séria, de 184

anos. Agora, se alguns de seus integrantes não são, cabe-lhe tomar as medidas e punir com severidade, como sempre faz. E tem de fazer agora com esses envolvidos nessa denúncia de corrupção.

Repito, parabenizei o governador e o secretário da Segurança Pública. Essa foi a minha posição. Ponto! Agora, frisei aqui que esse fato desencadeou uma guerra entre as Polícias Civil e Militar. E isso é verdade. A Polícia Civil não tem culpa, pois apenas cumpriu o seu dever com competência. Se é para prender, prenda; se é para algemar, algeme. Lugar de bandido é na cadeia, e a Polícia Civil está aí para isso. Parabéns à Polícia Civil, tendo em vista que agiu com correção!

A Polícia Militar também está agindo com correção. Ela não impediu a ação da Polícia Civil, que entrou no quartel e apreendeu computador. Enfim, as instituições agiram corretamente e cumpriram a lei. Quem não agiu corretamente foram esses integrantes que estão sendo acusados. A minha defesa foi nesse sentido.

Agora, fiz aqui uma acusação ao governador. Falo isso doído, pois gosto e admiro o governador, apoio os projetos dele, dou quórum ao governo aqui, mas não concordo quando ele ignora este Parlamento, quando ignora esses deputados. Isso eu não aceito, porque não sou pau-mandado de ninguém. Não estou aqui para cumprir ordens.

Quero colaborar com o governo. Se ele não quer a minha colaboração, vai ouvir a minha opinião publicamente, na imprensa. Repito, não estou aqui para cumprir ordens de ninguém, pois tenho independência cultural, financeira, econômica e moral. Quero colaborar com o governo, mas não com com subserviência.

Digo publicamente que admiro e gosto do governador Jaques Wagner, mas ele não está conduzindo-se de uma forma correta em relação à Segurança Pública. As duas polícias estão se digladiando. Isso é inequívoco, não adianta ninguém ir à televisão me desmentir, porque irá cair no ridículo. As duas polícias estão brigando entre si, e não vou defender nem a Polícia Militar nem a Polícia Civil, porque ambas estão erradas. E a sociedade está pagando por isso, porque é ela que paga os impostos.

Mas existem autoridades acima da Polícia Civil e da Polícia Militar – no caso, o secretário da Segurança Pública e o governador do Estado – que têm que acabar com isso. Não é nada pessoal com relação ao secretário da Segurança Pública, que, já disse publicamente, melhorou a segurança pública da Bahia. Para que elogio melhor do que esse?

Digo publicamente que o atual secretário de Segurança Pública, Dr. César Nunes, melhorou a segurança pública. Só esse elogio já é o bastante para mostrar que não há nada de pessoal contra ele, mas que há uma briga entre ele e a polícia Militar, isso é claro e notório. Não quero dizer se o culpado é ele ou a Polícia Militar nem vou entrar no mérito dessa questão.

Recebi milhares de e-mails de policiais militares se queixando do sorriso de canto de boca do secretário quando anunciou o resultado da operação. Era para ele estar constrangido, e não sorrindo.

Para concluir, Sr. Presidente.

Reafirmo aqui: está de parabéns o governador Jaques Wagner, pela coragem de mandar investigar o seu alto escalão, e o secretário César Nunes, pela eficiência da operação. É isso que queremos, secretário! Continue fazendo mais ainda, pois precisamos de mais operações dessas em todas as áreas.

Agora que a Segurança Pública acabou, acabou. Não há mais entrosamento entre as polícias Militar e Civil, e os jornais estão anunciando isso. O governador precisa, urgentemente, juntar os cacos desta Segurança Pública, com inteligência, para reaver a união das polícias Civil e Militar a fim de que a sociedade não perca com isso. Nós cidadãos, acima de tudo, precisamos de uma Segurança Pública melhor, e é isso que queremos, mas não vamos consegui-la com as polícias Civil e Militar desatreladas.

Mas, quando digo isso publicamente, queixam-se, criticam-me, põem nota na imprensa, embora esteja falando a verdade. Conheço a Segurança Pública e só quero colaborar, ajudar a termos uma Segurança Pública melhor, pois fui eleito com esse propósito. Portanto, parabéns, governador, parabéns, secretário, pela prisão dos corruptos. Que esses sejam punidos com mais rigor ainda.

Agora a conduta, tanto do governador quanto do secretário, está gerando uma cisão entre ambas as polícias. Logo, o governador precisa rever a forma como conduz as duas polícias, porque, como está, o governo estimula a guerra entre ambas.

Não vou entrar em detalhes, porque a guerra paroquial não me interessa. Tenho que olhar de cima para resolver os problemas, é isso que interessa à sociedade. Estou à disposição do secretário e do governador. As ações de ambos criaram a cisão entre as duas polícias. Por que não me chamam para me ouvir? Sou da base do governo, então por que é que não me chamam para me ouvir, Sr. Presidente?

O que estou dizendo é para mostrar onde foi que o governador e o secretário erraram para que possam corrigir-se.

É essa a Bahia, é esse o governo que quero e em que acredito!

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):-Para concluir, Sr. Deputado.

O Sr. CAPITÃO TADEU:-Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Concedo a palavra ao Líder da Minoria ou representante do PTN para falar, ou indicar o orador, pelo tempo de até 10 minutos.

O Sr. Heraldo Rocha:- Falarão, por 5 minutos cada um, os deputado Gaban e João Carlos Bacelar, respectivamente.

O Sr. GABAN:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, gostaria, inicialmente, de ler as considerações do procurador-geral do Estado a um parecer sobre um projeto que tramita nesta Casa, cujo autor é o deputado Paulo Câmara.

Antes de entrar em alguns pequenos detalhes, vale lembrar que o governo de Rondônia entrou com um projeto semelhante a esse, deputado Gilberto Brito, deputado Pedro Alcântara, e quando viu que era inconstitucional retirou o projeto.

A Procuradoria Geral da República, entrou com uma Adin... Viu, deputado

Waldenor? Repetindo: o governador de Rondônia entrou com um projeto idêntico a esse. Entrou-se com uma Adin e foi retirado o projeto que estava tramitando na Assembléia. O governador de Tocantins entrou com um projeto, e a Procuradoria Geral da República entrou com uma Adin contra a tramitação desse projeto.

Não me interessa, neste momento, fazer maiores comentários, vou mostrar que aqui eu tenho três folhas, deputado Gilberto, com o comentário, o parecer do procurador-geral sobre isso. Mas vou me ater...

O Sr. Gilberto Brito:- Deputado Gaban?

O Sr. GABAN:- Pois não? Um aparte rápido para não prejudicar o tempo, pois não?

O Sr. Gilberto Brito:- Deputado Gaban, eu sou um crítico contundente da omissão da Casa sobre as questões que deveriam ser discutidas.

O Sr. GABAN:- Sou testemunha.

O Sr. Gilberto Brito:- E quero, num dever de justiça, cumprimentar V.Ex^a...

O Sr. GABAN:- Muito obrigado.

O Sr. Gilberto Brito:- (...) que tem tido uma posição a respeito do assunto. Quando eu felicito V.Ex^a pelo seu posicionamento, não quer dizer que eu comungue ou não com a sua posição.

O Sr. GABAN:- Claro, claro.

O Sr. Gilberto Brito:- Eu acho que isso é a coisa que esta Casa deve fazer, é trazer questões como essa para cá, para que aqui seja discutido o seu aspecto legal, até porque isso foi criado para que se tenha um norte na conduta das pessoas da sociedade. Então, quero mais uma vez aqui, eu, que sou crítico, cumprimentar V.Ex^a.

O Sr. GABAN:- Muito obrigado.

O Sr. Gilberto Brito:- E, por via de consequência, a Casa, por haver um tema em discussão, suscitando preocupações, alguém se posicionando a favor, alguém se posicionado contra, isso não importa. Mas a Casa, neste assunto, sobretudo V.Ex^a e o deputado Álvaro...

O Sr. GABAN: Me ajude que eu só tenho 5 minutos!

O Sr. Gilberto Brito:- (...) V.Ex^a tem uma posição de um lado e o deputado Álvaro, de outro, eu não quero entrar no mérito da questão, mas mostrar que, felizmente, em que pese ao limite dos debates, V.Ex^a está de parabéns.

O Sr. GABAN:- Muito obrigado, deputado. Mas, vejam, deputado Waldenor, deputado Paulo Câmara, a minha intenção nesse projeto, na linha de raciocínio do deputado Gilberto, é evitar constrangimento para o governador do Estado. Nós temos dois exemplos de dois Estados: Rondônia e Tocantins. Em Rondônia, o governador retirou o projeto, e em Tocantins, a Procuradoria Geral da República entrou com uma Adin contra esse projeto. E vejam um pequeno trecho – aliás, eu vou ler dois trechos do parecer do procurador-geral do Estado.

(Lê:) “Assim vem a lume o relatório técnico constante das folhas 0521 realizado pelo Assessor Especial Jorge Wilton Pereira de Jesus, onde foram apresentadas as seguintes conclusões.”

Os senhores sabem quem é o Sr. Jorge Wilton Pereira de Jesus? É um auditor fiscal, foi presidente do Sindsefaz por 16 anos e exerce um cargo de confiança na Secretaria da Fazenda. É neste parecer que se baseia o procurador-geral do Estado, deputado Álvaro Gomes. E se formos mais à frente, o que diz o parecer do procurador-geral? Vou ler, depois, uma manifestação do Ministério Público e da OAB. Ele está analisando um projeto que foi votado na época em que o governador era o Exmº Sr. Waldir Pires. Aqui estamos com pouco tempo, então eu vou cortar.

Diz o procurador-geral: (Lê) “Ora, inobstante a similaridade na exigência de habilitação superior, à época, para o ingresso em ambas as carreiras, no limite, a adoção da tese conduziria à conclusão pela inconstitucionalidade da 'transposição' prevista na Lei nº 5.265/89, vez que não habilitados os servidores ocupantes do cargo 'transposto' em concurso público cujas exigências seriam inerentes às atribuições do cargo respectivo.”

E ele vai mais à frente: (Lê:) “Poder-se-ia dizer, inclusive, que, em verdade, absorvera o cargo de Auditor Fiscal, naquela oportunidade, atribuições próprias do cargo de Analista Financeiro, não obstante continuasse este a existir, embora vocacionado à extinção, a teor do que dispusera o art. 4º da mencionada Lei nº 5.265/89. É, sobejamente, mais do que propugna a proposição legislativa sob exame”. Ou seja, o que o governador Waldir Pires aprovou àquela época é inconstitucional; esse é menos inconstitucional, dito pelo procurador geral do Estado.

Sr. Presidente, com sua tolerância, como havia prometido, vou ler a manifestação, deputado Álvaro Gomes, do procurador do Ministério Público do Estado da Bahia, a recomendação dele ao governador: (Lê) “Que evite a edição de qualquer norma jurídica que possa implicar na absorção das funções privativas de AUDITOR FISCAL, como CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO, para outro cargo, inviabilizando, assim, a futura arguição de similaridade entre as carreiras do Fisco estadual, evitando-se, por conseguinte, o enquadramento de servidores por via judicial, o que redundaria em prejuízo ao erário”.

Finalizando, Sr. Presidente, com sua tolerância, veja o que diz a Ordem dos Advogados da Bahia: (Lê) “Ocorre que o referido projeto de reestruturação das carreiras integrantes do Fisco estadual, para conferir atribuição de competência privativa dos Auditores Fiscais para a carreira de Agentes de Tributos Estaduais, compromete a totalidade dessa rede principiológica do art. nº 37 da Lei Maior”.

Então, é no mérito que se manifesta o Ministério Público; é no mérito que se manifesta, Sr. Presidente, a OAB; e é no mérito que se manifestou o Supremo Tribunal Federal em relação ao Estado do Ceará. E mais, foi no mérito que se fez com que o governador de Rondônia retirasse o projeto em tramitação; e foi também no mérito que a Procuradoria Geral da República entrou com uma Adin contra o governador do Estado de Tocantins.

É esse constrangimento que espero que a gente não venha passar nem o governador do Estado da Bahia, Jaques Wagner.

Finalizando, Sr. Presidente, faço uma ressalva. Quando o projeto foi

encaminhado, deputado Waldenor, ainda não havia a decisão do Supremo Tribunal Federal. Então o governador não poderia, àquela época, imaginar que seria inconstitucional. Mas agora esse projeto já está na Casa, e depois de enviado foi considerado inconstitucional pelo STF.

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra o nobre deputado João Carlos Bacelar pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, esse é o governo da contradição! O governo que se diz republicano e ético é o mesmo governo que proporciona trem da alegria. O governo que se diz republicano e ético é o mesmo governo dos coronéis; é o mesmo governo que incentiva a briga entre as Polícias Civil e Militar.

E o absurdo dos absurdos – observe, Sr. Líder –, V.Ex^{as} tanto lutaram aqui contra a Coopamed, mas agora a Secretaria da Saúde contratou novamente essa cooperativa. V.Ex^{as}, que diziam que o Ministério Público estava contra a precarização das relações trabalhistas, agora contratam mais de 400 empresas para colocar, pela janela, médicos no Estado!

Em 6 de março de 2007, diziam: “Sesab vai contratar mais de 3 mil médicos através de seleção pública”. Sabe qual é a seleção? É a seleção do cartãozinho, da indicação política. “Sucesso no processo seletivo dos médicos”. Cadê esses médicos desse processo seletivo? “Ministério Público instaura inquérito contra cooperativa”. E agora eles contratam cooperativas que têm como dono o mesmo dono da Coopamed. Será que se submetem às exigências que são feitas no gabinete do secretário? Exigências políticas! E a Coopamed pode ser multada. Desta forma, contratam mais de 400 empresas para terceirizar mão de obra médica. No governo Paulo Souto se gastava com essa terceirização de serviços médicos cerca de 82 milhões por ano. A farra na Secretaria da Saúde chegou a tal ponto, que já são gastos 160 milhões. Pessoa jurídica, REDA, processo de indenização, Fundação José Silveira, enfim, é um verdadeiro carnaval!

Avisei ontem aqui, nobre Líder, que vai aparecer coronel na Secretaria da Saúde. O Dr. Jorge Solla abra os olhos, e o governador mais ainda. Este abra mesmo os olhos porque vai ter coronel dentro em breve na Secretaria da Saúde. Quatrocentas empresas! Sabe como elas são feitas? Determinados deputados de determinados partidos políticos mandam o médico formar uma empresa de última hora, e essa empresa, esse médico começam a contratar residentes. É uma farra com o dinheiro público, deputado Heraldo Rocha! Tem médico ganhando quase 50 mil reais por mês. Fora os pedidos que são feitos diretamente aos diretores de hospitais: “Reserve aí 60 mil reais esse mês porque tem os médicos do gabinete.”

Do gabinete do secretário. Dr. Jorge Solla, abra os olhos com determinados assessores de V.Ex^a A coisa chegou a tal ponto, que eles agora contrataram uma empresa que já era terceirizada de nome, SM, para controlar essas 400 empresas.

Essa empresa, deputado Luiz de Deus, ganha por mês 85 mil reais para ir aos hospitais fazer a folha de pagamento. Não há controle nenhum. Se o médico foi, se o médico não foi, se teve plantão ou se não teve. E os processos são feitos, montados na Secretaria. Montados! Precisamos denunciar isso e vamos denunciar. A Controladoria-Geral da União precisa fazer uma auditoria na Secretaria da Saúde. Denunciaremos ao Tribunal de Contas e ao Ministério Público, tanto federal quanto estadual, porque a farra com o dinheiro público na Sesab é um problema muito maior do que o dos coronéis da Polícia Militar.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pela ordem, deputado Elmar Nascimento.

O Sr. Elmar Nascimento:- Eu quero, presidente, rapidamente pela ordem aqui, já que não tem a atribuição da comunicação inadiável, informar à sociedade baiana e a este Parlamento que acabou de ser nomeado hoje, por indicação do nosso partido e em especial do seu presidente, o senador César Borges, o engenheiro Eduardo Santana para ocupar o cargo de diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres. E o escritório na Bahia é similar a uma Agerba para regular o transporte interestadual de passageiros e cargas, além das privatizações das BRs 324 e 116.

Trata-se de um dos melhores quadros do nosso partido. O Dr. Eduardo foi presidente da CERB durante o governo César Borges e nesta data, por indicação do Partido da República e especialmente do senador que o preside, ocupa essa importante agência do governo do presidente Lula, o que gratifica o nosso partido. Assim, parabenizo o senador César Borges e o Dr. Eduardo Santana, que assume a partir de hoje a diretoria da ANTT.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Diretoria ou presidência?

O Sr. Elmar Nascimento:- Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, antes de conceder a questão de ordem a V.Ex^a, eu gostaria de convidar o professor Valdeci para sentar no lugar do deputado Ivo de Assis, pois ele precisa se ausentar. Desejaria contar com a sua compreensão.

Questão de ordem do deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Meu caro presidente Marcelo Nilo - gostaria da atenção do deputado Waldenor também- terei que me ausentar, pois irei a uma reunião que pode ser extremamente rápida como pode demorar, e é um tema que me preocupou tremendamente. Ouvi alguns comentários na Casa de que o deputado Waldenor entraria com um projeto de resolução.

Sr. Presidente, antes mesmo de eu ter sido presidente desta Casa Legislativa- o que muito me honrou- já defendia que fosse feita uma reforma do Regimento Interno. O presidente que me antecedeu, deputado Reinaldo Braga, também tinha como propósito fazer uma remodelação ou reformulação do Regimento Interno- como todos nós sabemos, foi feita ainda à época em que o deputado Luís Eduardo

Magalhães era presidente desta Casa- há quase 30 anos. Sendo assim, está totalmente deficiente e desatualizado.

O deputado Reinaldo Braga não conseguiu levar isso à frente. Como presidente, botei isso como meta e não consegui. Fui sucedido pelo deputado Clóvis Ferraz, que teve o mesmo intuito e não conseguiu. V.Ex^a tentou também nos dois primeiros anos e não conseguiu resolver esse imbróglio que se chama Regimento Interno.

Então, deputado Waldenor, não podemos desrespeitar o único instrumento, mesmo desatualizado, que temos nesta Casa, o Regimento Interno. Se tiver que ser feita uma reforma do Regimento que seja feita imediatamente, que seja nomeada uma comissão para fazê-la, se for o caso, mas fazer alterações pontuais?!

Pergunto ao meu caro amigo e presidente desta Casa, Marcelo Nilo, a Comissão mais importante desta Casa, qual é? É a Mesa Diretora, que é uma comissão técnica do Parlamento baiano. Imagine que já tivemos eleição para a Mesa Diretora, V.Ex^a foi reeleito presidente desta Casa. Hoje, nomeamos praticamente a totalidade das comissões técnicas desta Casa, sobretudo, as permanentes, faltando apenas uma ser eleita, e todas estão com 8 membros.

Como é que, através de um Regimento Interno, vai se mudar o número de membros de uma comissão? Vamos indicar o novo membro da Mesa? Porque o Regimento determina uma data da eleição da principal comissão técnica da Casa, e V.Ex^a já foi reeleito, como os demais membros, que estão ocupando a principal comissão técnica desta Casa.

Sr. Presidente Marcelo Nilo, e deputado Waldenor, com todo respeito, não podemos rasgar o único instrumento que temos que rege e norteia o funcionamento da Casa, que é o Regimento Interno, porque, senão, Sr. Presidente, V.Ex^a, com a maior boa vontade que tem tido em interferir nos momentos necessários, como irá conduzir a Casa sem um documento, que perderá toda sua validade?

Deputado Waldenor, poderíamos até discutir e aumentar- como outras Casas Legislativas no País, que têm um número ímpar de membros, passar de 8 para 9, mas que seja aprovada na próxima legislatura, pois nesta não tem fundamento, não tem qualquer sentido, deputado Waldenor, estaremos rasgando o único instrumento que temos, que é o Regimento Interno.

O jogo já passou, terminou o tempo suplementar, o juiz já finalizou o tempo, que deveria ter sido antes da eleição da Mesa Diretora, que é a principal comissão técnica. Depois da eleição da Mesa Diretora, não pode a mesma, que é a principal, que conduz todos os trabalhos da Casa, ficar com 8 e o restante das comissões ficar com 9.

É um absurdo. Isso não pode acontecer. Não submetam a Assembléia Legislativa ao ridículo. Por melhor que seja a intenção de V.Ex^a, deputado Waldenor, e não tenho qualquer dúvida disso, porque V.Ex^a tem passado, presente e não vai rasgar um documento como esse, porque tem um futuro brilhante, garantido. Por favor, em nome do Poder Legislativo da Bahia, para que seja preservada a nossa imagem, que seja preservada a imagem de um governo republicano, que o

governador Jaques Wagner não destrua esta Casa, porque ao fazer uma reforma pontual, estará destruindo o único instrumento, mesmo defasado, mas que rege a direção desta Casa.

A Casa não pode, finalizando, Sr. Presidente, ficar com uma Mesa Diretora composta por oito membros legitimamente eleitos e as outras comissões com nove. Seria um absurdo! E V.Ex^a foi reeleito por méritos para conduzir este Poder por mais 2 anos. Já que o Regimento determina data específica para a eleição da Mesa, não poderíamos nos reunir agora para eleger mais um membro...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, V.Ex^a gosta desta Casa, já deu várias demonstrações nesse sentido, por isso solicito que o senhor— sei que esse projeto, é lógico, não foi encaminhado por V.Ex^a, e sim pelo Líder do governo — interceda neste momento, como tem intercedido em outros assuntos e este Poder tem sido vitorioso.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Contamos com o seu empenho e a sua interferência neste processo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Gaban, V.Ex^a pode ter certeza de que enquanto eu estiver na Presidência da Assembléia o Regimento não será rasgado. O deputado Waldenor Pereira, como qualquer deputado, tem direito de apresentar um projeto de modificação de Regimento. E V.Ex^a pode ter certeza de que, se houver modificação, será dentro dos trâmites normais e legais. Então a Assembléia não vai ficar no ridículo se houver uma modificação no Regimento.

O deputado Waldenor, como qualquer outro parlamentar, pode apresentar um projeto se conseguir 21 assinaturas. E eu, como presidente, sou obrigado a colocar em votação.

Se fosse uma coisa ridícula, não estaria acontecendo em todas as Assembléias Legislativas do Brasil. (Palmas) Não estou, deputado Gaban, defendendo o projeto, quem vai decidir é o Plenário. Se V.Ex^a ou o deputado Heraldo apresentar qualquer projeto, adotarei o mesmo critério que estou adotando. Não estou entrando no mérito da proposição, é problema do deputado Waldenor Pereira, a sociedade é quem tem de julgar os seus atos, mas ele apresentou um projeto que está dentro do Regimento; ele tem todo o direito de fazer isso.

Quero também dizer a V.Ex^a que a Mesa Diretora é diferente das comissões, tendo em vista que é eleita! Todos nós que estamos nela fomos eleitos pelo Plenário. Nas comissões é diferente, pois são indicações feitas pelos Líderes partidários. Em suma, as outras comissões são diferentes da Mesa Diretora.

E se o deputado Waldenor Pereira ou qualquer outro parlamentar apresentar alguma proposta de modificação na Mesa, se for aprovada pelo Plenário, ela será modificada. Agora, com uma diferença: a Mesa é eleição! E pelo o que li do projeto — como presidente tenho o dever de acompanhar a tramitação das matérias —, ele não se refere à Mesa Diretora.

Repito, a Mesa Diretora é eleição; as comissões são indicações. Quero dizer que não estou nem contra nem a favor desse projeto. Como presidente, apenas o colocarei nos trâmites normais. Se qualquer deputado conseguir 21 assinaturas e

apresentar um projeto, também darei a tramitação normal. Se um deputado pedir a urgência – aí é que está –, ele tem que assumir o ônus e o bônus daquilo que justifica.

O deputado Waldenor Pereira, como V.Ex^a mesmo diz, é um parlamentar sério. Ele apresentou um projeto e terá a tramitação normal. Apesar de reconhecer que as ponderações de V.Ex^a são pertinentes, esta Presidência, infelizmente ou felizmente, não tem o poder de não colocar o requerimento em votação.

O Sr. Waldenor Pereira:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Waldenor Pereira. Só gostaria de que fosse breve para que pudéssemos ter o tempo dos outros.

O Sr. Waldenor Pereira:- Serei bastante breve, Sr. Presidente.

Respondendo, rapidamente, ao deputado Gaban, quero dizer que o nosso projeto de resolução está devidamente subscrito por 27 Srs. Parlamentares. Portanto, não se trata de uma proposição de autoria particular minha; ela foi apresentada pela Bancada do governo. Na verdade, poderia ter um número maior de assinaturas, todavia, como são necessárias o mínimo de 21 assinaturas, na oportunidade que protocolamos na Secretaria da Mesa já contávamos com 27.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, para efeito de esclarecimento ao deputado Gaban, devo dizer que não se trata, realmente, de nada extraordinário. Vou citar aqui catorze estados da Federação – que tivemos a preocupação de levantar – onde o número de membros das comissões é ímpar: São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Goiás, Paraná, Santa Catarina, Pará, Espírito Santo, Sergipe, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Tocantins são exemplos de Estados em que o número de membros das comissões permanentes são uma caracterização de número ímpar e não par.

Portanto, é um projeto respaldado na experiência de outros parlamentos brasileiros, perfeitamente compatível com o funcionamento desses parlamentos e subscrito por 27 parlamentares.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Iniciaria, deputado Waldenor, solicitando que V.Ex^a apresentasse um Estado da federação, dentre esses que V.Ex^a anunciou, em que a modificação do número de componentes de uma comissão técnica da Casa parlamentar foi realizada após a eleição da Mesa Diretora, com validade no próprio exercício.

Um absurdo! Não estou discutindo se deve ser oito ou nove, mas a oportunidade do momento! Da mesma forma, deputado Waldenor, V.Ex^a pode passar agora e dizer que a principal comissão técnica da Casa, que é a Mesa, não precisa mais ter eleição! Por que não? Usa o rolo compressor, passa por cima! O Partido dos Trabalhadores, que ficou, Sr. Presidente, sem nenhuma comissão, nesse raciocínio pode... Por que o rolo compressor não passa um projeto de resolução, assinado por 40 e tantos colegas? Teria o constrangimento de indicar um membro do PT para fazer parte da Mesa Diretora, já que na eleição perdeu! Não pode, não é democrático, depois do jogo, apitado os 45 minutos do segundo tempo, dada a prorrogação que o juiz determinou! O juiz é que determina o nosso Regimento Interno, a eleição da Mesa Diretora acabou, Sr. Presidente, e não pode!

Sr. Presidente Marcelo Nilo, gostaria até de dizer que, ontem, não tinha procuração para defendê-lo, mas estava defendendo num caso semelhante, porque disseram que, enfim, V.Ex^a teria feito a publicação de maneira irregular. Disse que não tinha procuração, mas a obrigação do presidente era publicar o que a ele chegava. Se estava correto ou não, a responsabilidade era de quem tinha encaminhado. Então V.Ex^a tem, como presidente da Casa, de preservar todos os parlamentares. Se um parlamentar, como Líder de um partido, indicou e encaminhou o projeto, a obrigação de V.Ex^a era encaminhá-lo como estava.

Mas o que peço a V.Ex^a, deputado, é que aja da mesma forma que agiu em outros casos, a fim de evitar constrangimentos dessa natureza.

O deputado Paulo Câmara, que conhece o Regimento, gosta de todas as comissões e delas fez parte, se assinou, assinou constrangido. Conheço o deputado Paulo Câmara, mas não vi se ele aportou o seu nome num absurdo dessa natureza! Não é questão de quantidade. Rolo compressor, deputado Waldenor, já utilizamos quando éramos Maioria, mas não de uma forma inconstitucional. Nunca o utilizamos para tirar o direito democrático da Minoria. O que V.Ex^a está fazendo, pode até ser de uma maneira inconsciente, é tirar o direito da proporcionalidade representativa pelos votos que os eleitores deram no último pleito eleitoral para deputado. Mudar as regras do jogo agora é tentar enfraquecer a Oposição.

V.Ex^a tem e dispõe de uma maioria esmagadora não só no Plenário mas também nas comissões. Se não tem a segurança nas comissões, o governo tem todos os instrumentos para pressionar os parlamentares da sua base. Mas expor a Assembléia Legislativa aumentando o número depois de as comissões terem sido instaladas?

Deputado Waldenor, com todo o respeito que lhe tenho, não posso concordar com isso. Gosto desta Assembleia, como V.Ex^a gosta, razão por que lhe peço que retire esse projeto, que não condiz com o comportamento exemplar de V.Ex^a, que, desde novembro, dezembro para cá, mudou a forma de negociar, e com isso, a Casa ganhou, pois aprovamos todos os projetos, o governo do Estado ganhou, a população da Bahia ganhou com os inúmeros projetos que votamos e aprovamos durante a convocação extraordinária.

V.Ex^a tem mediado junto com o deputado Heraldo Rocha, antes era com o deputado Gildásio Penedo Filho, os problemas que estão ocorrendo, sobretudo agora com nomeação dos membros da última comissão, a de Segurança Pública. Continue nessa linha, deputado Waldenor, não rasgue tudo que estamos fazendo nesta Casa, sobretudo o trabalho que V.Ex^a está fazendo. Este é um apelo que faço. Retire esse projeto. Tenho certeza de que aqueles que o assinaram o fizeram constrangidos porque estão assinando depois de ter terminado o tempo regulamentar. Depois de ter dado o tempo de prorrogação, mudar a regra do jogo não é democrático, não condiz com um discurso republicano. Espero que isso não prevaleça.

O Sr. Pedro Alcântara:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Gilberto Brito:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Obrigado. Questão de ordem do

deputado Pedro Alcântara. Depois, o deputado Gilberto Brito. Está encerrado este assunto. Não vou mais conceder questão de ordem sobre esse assunto a nenhum deputado. Gostaria de contar com a compreensão de todos. Questão de ordem do deputado Pedro Alcântara.

O Sr. Pedro Alcântara:- Agradeço a V.Ex^a, mas estou embasado no Regimento Interno. Cabe ao Líder de qualquer bancada, aqui nesta Casa, não havendo orador na Tribuna, fazer uso da palavra.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Por isso estou concedendo a palavra a V.Ex^a, meu querido amigo deputado Pedro Alcântara.

O Sr. Pedro Alcântara:- Estou muito a vontade para falar sobre este assunto, Sr. Presidente, porque não estava aqui presente quando reduziram o número de comissões desta Casa. Houve uma redução, o que é muito mais grave. Não se argumentou com tanta força quando se reduziu o número de comissões para 10. Não vejo o absurdo que o deputado Gaban, meu querido amigo, respeitado deputado, do qual tive a honra de ser o seu vice quando presidiu esta Casa, quando fez uma grande administração, em alterar o número de 8 para 9, que é um número ímpar. Isso é praxe de quase todos os parlamentos brasileiros. Simplesmente é um fato. Presidente de uma comissão dificilmente vota nesta Casa em qualquer decisão. Quando temos 8, o presidente não pode votar, só em caso de empate, e geralmente o placar é de 4 a 3, e o presidente fica impedido de votar. Por que não houve esse mesmo tipo de argumento quando se reduziu o número de comissões aqui nesta Casa?

O Sr. Gaban:- Quando foi isso?

O Sr. Pedro Alcântara:- Não houve a redução? Foi no início da legislatura.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em 2007.

O Sr. Pedro Alcântara:- Foi no início da legislatura. Não houve uma reestruturação das comissões aqui nesta Casa? O Regimento rezava naquela época o número de comissões também.

O Sr. Gaban:- É um tema ruim, mas eu exponho a Casa se V.Ex^a quiser.

O Sr. Marcelo Nilo:- Deputado Gaban, pode expor a Casa. Não há problema nenhum. A Casa é transparente. Não há problema nenhum.

O Sr. Pedro Alcântara:- Não há problema nenhum. Estou dizendo que houve uma mudança no número de comissões. Faculta agora também...

O Sr. Gaban:- É diferente.

O Sr. Pedro Alcântara:- Não é diferente. Acho que na época em que se reduziu o número de comissões...

O Sr. Gaban:- Eu exponho a Casa.

O Sr. Pedro Alcântara:- Deputado, em mim não altera nada! A mim não, deputado!

O Sr. Gaban:- Altera sim. V.Ex^a sabe por que aumentou...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Gaban, faço um apelo a V.Ex^a. V.Ex^a falou, e o deputado Pedro o ouviu.

O Sr. Pedro Alcântara:- Estou com a palavra, deputado.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Faço um apelo a meu querido amigo

deputado Gaban. Deixe o deputado Pedro falar, por favor.

O Sr. Pedro Alcântara: Estou dizendo que houve o jogo jogado, a redução do número de comissões nesta Casa. Estamos falando de comissões, de membros das comissões.

O Sr. Gaban:- Ah! De membros das comissões!

O Sr. Pedro Alcântara:- E não é a mesma coisa, deputado? Por Nossa Senhora! Por Nossa Senhora, deixe eu concluir o meu raciocínio. Então, eu já achava que, na época em que houve redução do número de comissões, já deveriam aumentar o número de membros das comissões para abrir espaço para deputados que estão querendo ir às comissões para debater problemas e estão impedidos de fazê-lo. No momento em que se demitiu, foi retirada a vaga de alguém em alguma comissão. Acho que, naquela época, já era o momento de aumentar o número de membros das comissões para abrir espaço. Eu mesmo estou com problemas em meu partido. Deputados querendo ir para comissões e não se pode indicar pelo número exíguo de membros das comissões. Ninguém vai convencer-me do contrário.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo o seguinte: a Bancada do PL está liberada, como Bancada Independente... A Bancada do PL está liberada para votar da maneira que queira, mas eu, pessoalmente, o deputado Pedro Alcântara, o projeto vindo à tona, vamos votar a favor de aumentar o número de comissões. Inclusive, tive de ceder meu lugar em algumas comissões para alguns colegas e estou querendo ir às comissões temáticas desta Casa para poder discutir projetos importantes que tramitam nesta Casa. Para isso é preciso aumentar o número de deputados. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Obrigado, deputado Pedro Alcântara.

Último orador sobre esse assunto, meu querido amigo Gilberto Brito.

O Sr. Gilberto Brito:- Deputado Marcelo, eu vou pedir permissão aqui ao deputado Pedro Alcântara, ao deputado Gaban e ao deputado Paulo Câmara.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Paulo Câmara, vamos ouvir o nosso querido amigo, deputado Gilberto Brito, que está querendo que V.Ex^a o ouça.

Deputado Gilberto Brito, por favor, pode falar, V.Ex^a tem todo o Plenário lhe ouvindo.

O Sr. Gilberto Brito:- Deputado Marcelo Nilo, como a Casa discute muitos temas, eu penso que nove é até pouco para o número de membros das Comissões. Deveria até transformar, pôr todo mundo nas Comissões; é tanta discussão de tema daqui, discussão dali, até porque o debate na Casa está-se tornando uma eterna questão de ordem. Talvez devesse alterar o Regimento, tirar os tempos das Lideranças e dos Partidos se pronunciarem e colocar só questão de ordem e continuar do mesmo jeito que a coisa funciona.

Obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Horário das Lideranças Partidárias.

Com a palavra o Líder do Governo e da Maioria ou o Líder do Bloco Parlamentar PDT/PSC/PRP para falar ou indicar orador pelo tempo de 8 minutos.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, eu falarei por todo o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o nobre Líder do Governo e Líder da Maioria, deputado Waldenor Pereira, pelo tempo de até 8 minutos.

O Sr. WALDENOR PEREIRA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, servidores públicos da Secretaria da Fazenda, auditores e agentes de tributos, Imprensa aqui presente, a vitória do governador Jaques Wagner representou o limiar de um novo tempo no Estado da Bahia, um novo tempo de democracia, de participação, onde os princípios republicanos, de fato, estão sendo exercidos em sua plenitude.

Nós temos afirmado aqui em outras oportunidades, e eu gostaria mais uma vez de destacar, que a política quando é exercida, quando é praticada com desonestidade, sem transparência, sem democracia e sem participação é considerada a atividade humana mais perversa, mais nociva aos interesses de uma sociedade. é considerada e deve ser considerada a atividade humana mais nobre, mais decente, mais imprescindível a qualquer sociedade.

Eu estou fazendo essa introdução, meus caros colegas deputados e deputadas, servidores aqui presentes, para dizer, em alto e bom som, orgulhoso do que vou dizer, que o nosso governo, o governo Jaques Wagner, diferentemente do que aqui foi dito, até pelo meu colega, deputado Capitão Tadeu, a Bahia está vivendo um novo tempo de democracia, de participação, de diálogo e de entendimento.

O governo Jaques Wagner, pautado nos princípios republicanos, inicialmente elaborou um Plano Plurianual de investimentos, o PPA, de forma participativa. Foram mais de 12 mil delegados que participaram, dos diferentes 26 territórios de identidade, da elaboração do Plano Plurianual de investimentos.

O nosso governo tem incentivado a realização de conferências sobre as mais diferentes temáticas: sobre educação, saúde, saneamento, questão da criança e do adolescente, questão social, incentivando, conclamando, convidando a população baiana a opinar, a sugerir, a criticar para que essas sugestões, essas críticas possam se constituir enquanto fermento, enquanto substância das políticas públicas elaboradas e desenvolvidas pelo nosso governo.

Agora, o nobre colega Capitão Tadeu – quero me dirigir respeitosamente a ele – está confundindo. Ouvir a sociedade, ouvir este parlamento, ouvir parlamentares, ouvir os movimentos social e popular, ouvir os segmentos organizados da sociedade, e pedir opinião para tomar decisão.

Não cabe e não caberia jamais ao governador do Estado, consultar qualquer que fosse o parlamentar desta Casa, mesmo eu, que, orgulhosamente, neste momento, exerço a Liderança do governo, para tomar uma decisão relativa à segurança pública.

Ora, a segurança pública no Estado da Bahia conta com uma estrutura organizacional própria, com corporações centenárias, como é o caso da Polícia Militar, que tem sua hierarquia do ponto de vista da autoridade interna. O governador do Estado, quando de uma decisão a respeito da segurança pública, naturalmente consulta, reúne-se com o secretário da Segurança Pública, com o comandante da Polícia Militar. Pode até ouvir, evidentemente, como tem ouvido parlamentares,

lideranças da sociedade. Mas o companheiro, colega, deputado da nossa base, meu amigo pessoal, Capitão Tadeu, tem confundido, infelizmente, o papel do parlamentar e do Parlamento nas decisões governamentais.

Decisões do Poder Executivo toma o Poder Executivo. Decisões do Poder Legislativo, toma o Poder Legislativo. Decisões do Poder Judiciário, toma o Poder Judiciário. Até porque a Constituição brasileira assim orienta. Os poderes são autônomos, independentes. Devem funcionar harmonicamente, mas são autônomos.

Portanto, gostaria de fazer essa breve consideração a respeito daquilo que considero um equívoco do nosso colega, que está a exigir do Poder Executivo, especialmente do governador do Estado, ser ouvido antes de tomada de decisão a respeito dessa ou daquela matéria que seja referente a atitudes, responsabilidades, atribuições inerentes ao Poder Executivo e ao governador.

O nosso governo tem sido reconhecido como exemplo de governo democrático. O nosso governo tem exercido o seu mister reconhecido nacionalmente como governo do diálogo, como governo do entendimento. Em nenhuma oportunidade, nesta Casa, qualquer parlamentar da nossa base de governo foi constrangido para cumprir ordem, como aqui foi destacado pelo nobre colega deputado. Em nenhuma oportunidade!

Quantas e quantas emendas receberam nesta Casa projetos oriundos do Executivo? E foram incorporadas. Quantas e quantas audiências, reuniões, debates foram realizados para aprofundar em minúcias os projetos que aqui chegaram, com emendas acolhidas pelo governo do Estado, pelo Poder Executivo?

Portanto, na condição de Líder do governo, cabe a mim refutar veementemente, embora de forma respeitosa, qualquer manifestação que caracterize que o nosso governo tenha agido de forma autoritária ou através de unidade de comando, para constranger, obrigar, qualquer que seja o parlamentar nesta Casa, a votar desta ou daquela maneira.

É evidente que há orientação da Bancada do governo em favor dos projetos originários do Poder Executivo. Mas esta Casa Legislativa, que é o coração do processo democrático, tem vivido momentos realmente raros de democracia, de debate, de participação e de liberdade na autonomia, que é uma prerrogativa constitucional aos seus parlamentares.

Concluindo, Sr. Presidente, cabe a mim fazer este registro, condenar e refutar o comportamento do nosso colega...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir.

O Sr. WALDENOR PEREIRA:- (...) que aqui, infelizmente, se posicionou especulando talvez que qualquer parlamentar, inclusive ele, fosse forçado a tomar decisões sobre esse ou aquele projeto, a votar sob essa ou aquela orientação. Obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância do tempo.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Concedo a palavra ao Líder do PR para falar ou indicar orador pelo tempo de até 8 minutos. (Pausa) Concedo a palavra ao

Líder do PR para falar ou indicar orador pelo tempo de até 8 minutos. (Pausa) Com a palavra o Líder do Governo ou da Maioria, ou o Líder do Bloco Parlamentar PSDB/PT do B/PSL/PTB, para falar ou indicar orador pelo tempo de até 8 minutos.

O Sr. Paulo Câmara:- Falarei por todo o tempo, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Paulo Câmara pelo tempo de 8 minutos.

O Sr. PAULO CÂMERA:- Presidente, o deputado Elmar está exagerando ali no sentido de democracia plena. (Risos)

Sr. Presidente, gostaria de colocar uma questão. Estive com o pessoal do IAF, tive uma conversa também com o pessoal do Sindicato e ficamos de desdobrar uma proposta que fiz de montarmos um grupo de conciliação para sairmos do impasse. E se constituiria um grupo composto de quatro deputados, mais representantes de um e de outro lado, para tentarmos com esse grupo que estamos chamando de Grupo de Conciliação fazer um exercício do que esta Casa Parlamentar é habilidosa. Para isso citei, por exemplo, o caso do projeto do Tribunal de Justiça que ficou aqui nesta Casa durante um tempo, e as partes, com a intermediação dos parlamentares, chegaram a um consenso. Após uns 30, 60 dias de debates, conseguimos colocar uma proposta que satisfizesse todos os interessados.

Ainda mais rapidamente, a deputada Antônia Pedrosa participou também de um Grupo de Conciliação para o caso dos transportes alternativos. A Casa, usando sua experiência diria secular na negociação, sentou-se e, em menos de 30 dias, conseguiu uma proposta que satisfizesse todos os envolvidos. Entenda-se sempre um lado antagônico e um lado que tem uma posição, digamos, mais conservadora. O grupo dos deputados, três deputados, do qual a deputada Antônia Pedrosa fez parte, conseguiu chegar a essa conciliação.

Essa conversa eu tive ontem com o pessoal do Sindicato. Eles ficaram, por ser uma diretoria colegiada, segundo palavra deles, de dar-me uma resposta para que montássemos esse grupo. O pessoal do IAF está esperando que eu os chame, o deputado Zé Neto está chegando agora de Feira de Santana, vamos conversar sobre esse assunto... Enfim, vamos tentar sair do que chamo de impasse.

Essa é a proposta que temos. Acreditamos que é hora de usar o Parlamento, os parlamentares para chegarmos a um denominador comum. Essa discussão já foi feita fora desta Casa, aqui dentro foi feita uma audiência pública promovida pelo deputado Gaban, mas não se tentou uma proposta em que os deputados se colocassem como magistrados.

Um outro assunto que queria abordar é sobre a postura do Capitão Tadeu. O deputado Waldenor colocou muito bem aqui, deputado Heraldo Rocha, que uma coisa é posição de governo, outra coisa é autonomia do governo para tomar suas decisões. O deputado Capitão Tadeu tem dito aqui com uma certa frequência: “O governo não me consultou”, “O governo não me ouviu”, está nos anais da Casa. O governo, Poder Executivo, ao longo de todos os anos que conheço esta Casa, pode chegar e nos ouvir através de propostas conciliatórias e emendas aos projetos, mas não para embasar, para pautar, a palavra mais adequada, as suas decisões.

O deputado tem sido atendido. O deputado Bira Coroa é testemunha porque conhece bem essa área, sabe que nas propostas das Polícias Civil e Militar várias das reivindicações do Capitão Tadeu foram atendidas pelo governador por serem pertinentes. Para dar um exemplo mais simples vou citar o caso do tíquete-refeição que foi reivindicação dele em termos de sugestão, de emenda, mas não de pautar decisões governamentais.

Essa é a opinião que eu tenho como parlamentar para passar para o meu colega e amigo Capitão Tadeu, não exigir do governo que ele tome, ao lado do parlamentar, uma posição de Poder Executivo.

Digo e volto a repetir: façamos emendas aos projetos do governo, mas não pautemos as ações do governo do Estado, seja ele qualquer governo, deputado Bira, em qualquer situação, em qualquer época, porque temos um papel definido constitucionalmente. Essa é a opinião que eu tenho para ele.

Quero colocar que tenho certeza que ele refletirá sobre essas minhas palavras e, da próxima vez será moderado, até porque foi a primeira vez que eu vi o nobre colega citar: O governador do Estado da Bahia. Ele sempre tem falado em governo e ele disse que o governador tem deixado a segurança pública virar um caos, o que é contraditório, porque em seu pronunciamento, em seguida, ele disse que pela primeira vez o policiamento, a ação da Secretaria de Segurança, tem melhorado.

Eu tenho dito aqui que é necessário se fazer consultas às estatísticas nacionais. Nós temos um problema não apenas de segurança pública, temos um problema de necessidade de redefinição do nosso sistema total. Isso passa pela educação, saúde, renda e emprego. Essas coisas têm que ser claras, objetivas e temos que ver que é um problema social que permeia todo o País.

Então, deputado, estou às suas ordens para que possamos conversar de forma civilizada, deixando de fora o governador Jaques Wagner e entendendo que temos melhorado, ainda de forma insuficiente, mas temos melhorado.

Obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Presidente (Marcelo Nilo):- Com a palavra o Líder do governo e da Maioria ou Líder do PP/PTN/PRTB para falar ou indicar o orador pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, falará, pelo tempo de 4 minutos, o Capitão Fábio e, por 5 minutos, a deputada Eliana.

O Sr. Presidente (Marcelo Nilo):- Primeiro, por questão de cavalheirismo, com a palavra a deputada Eliana Boaventura pelo tempo de 5 minutos gentilmente cedido pelo deputado Capitão Fábio, até em homenagem ao Dia Internacional da Mulher.

A Sr^a ELIANA BOAVENTURA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, todos os que estão no plenário, telespectadores da TV Assembleia, hoje, o deputado Marcelo Nilo está até romântico quando me anunciou, referindo-se justamente ao mês de março.

Quero parabenizar a deputada Marizete pela iniciativa da sessão especial, aliás,

a todas nós deputadas, mas especialmente a deputada Marizete que foi a proponente. Na sessão especial discutimos assuntos inerentes à mulher, principalmente no que tange à violência. Enfim, trabalhamos, aqui na quinta-feira, numa sessão bonita, numa sessão na qual colocamos as nossas ansiedades, mas colocamos também muitas das nossas esperanças já concretizadas.

Eu quero no dia de hoje dizer que fiz uma cobrança, Sr. Presidente, e disse à Primeira-Dama, Fátima Mendonça, que aqui há um projeto nosso de alguns anos em que pedimos que a licença-maternidade seja ampliada de 4 para 6 meses. Oito estados brasileiros, deputada Maria Luiza Laudano, já têm como lei e mais de 80 municípios no Brasil também a adotaram, inclusive Feira de Santana, por uma sugestão nossa no sentido de se ampliar a licença-maternidade; na época em que fiz o projeto colocava até em relação à amamentação. Falava que era importante que a mãe amamentasse, mas não apenas a amamentação, lógico que também a convivência. E retiro do projeto, estou colocando como indicação ao governador Jaques Wagner para que faça e mande para esta Casa a ampliação de 4 para 6 meses, independente de a mãe estar amamentando ou não, porque o que interessa não é apenas a amamentação, que é muito importante, mas principalmente o convívio entre mãe e filho, para que não vejamos tanta violência como existe por aí afora.

Mas quero aqui também parabenizar o governador Jaques Wagner, a ministra Dilma Rousseff que foram a Feira de Santana, no último sábado, levar obras no montante de mais de 268 milhões. Vimos, naquele momento, muitas famílias alegres, felizes em ver realmente o seu sonho concretizado com a casa própria. E que casa! Quero aqui externar também o apoio da Conder, a presença da nossa ex-deputada e colega Maria Del Carmem mostrando a qualidade das casas para onde serão transferidas as pessoas da Lagoa Grande, em Feira de Santana. O Rio Subaé também vai ser revitalizado, casas com dois e três quartos, dependendo do número de dependentes de cada família.

É importante vermos esses fatos e verificarmos que é preciso fazer governos com mais sensibilidade, com mais apreço principalmente para a população mais carente. O governador Jaques Wagner, dando uma contrapartida de mais de 13 milhões, também participa ativamente desse projeto que beneficia Feira de Santana em especial. Mas o projeto grande do PAC – Programa de Aceleração – mostra realmente o que o governo do Estado está fazendo por toda a Bahia e, deputado Pedro Alcântara, fazendo por Feira de Santana nós temos a obrigação de agradecer em nome daquela cidade esse grande projeto.

Falarei sobre outros projetos do governo do Estado em Feira de Santana, como o Hospital da Criança que vai ser referencial no Norte e Nordeste. Queremos no dia de hoje falar sobre a obra feita através do PAC, assinando a segunda etapa, uma obra que traz esgotamento sanitário, fazendo com que milhares de famílias possam ter saneamento básico, e nós sabemos que em algumas ocasiões não foi tão importante. Mas agora nós sabemos que investir na saúde é investir em esgotamento sanitário, em água potável, em ações que façam com que as famílias se sintam bem e à vontade para estarem realmente numa comunidade onde possam estar confortáveis em relação

à saúde, à educação.

O que nós vimos sábado em Feira de Santana foi um exemplo de democracia com o governador, que recebeu alguns alunos da Universidade Estadual que nos visitaram hoje na Assembleia Legislativa reivindicando melhorias para o curso de medicina e, com certeza, levaremos esse pleito ao governador Jaques Wagner, para que as coisas sejam solucionadas da melhor forma possível.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

(Não foi revista pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Fábio Santana pelo tempo de, até, 5 minutos.

O Sr. FÁBIO SANTANA:- Sr. Presidente, Sr^{as}. Deputadas, Srs. Deputados, funcionários representantes da Fazenda presentes nas galerias, esses últimos dias foram muito tristes para a instituição Polícia Militar. Uma pessoa altamente respeitada, altamente conceituada, um homem que, até pouco tempo dirigia esta instituição, o Cel. Antônio Jorge Ribeiro de Santana, é envolvido numa situação lamentável em que houve a apuração por parte dos membros da Polícia Civil.

Para este episódio deverão ainda ser apresentadas as defesas porque, até o momento, o Cel. Santana e os demais coronéis presos neste lamentável episódio só foram condenados e submetidos à revolta da opinião pública numa situação de, praticamente, condenação até mesmo sem apresentar as suas defesas.

Quanto a este episódio direcionado e realizado pela Polícia Civil, nós temos a dizer uma coisa: houve um procedimento equivocado e – por que não dizer? – errado por parte da Secretaria da Segurança Pública na figura do Sr. Secretário da Segurança Pública e dos delegados que coordenaram esta operação na fase final do procedimento investigatório.

A prisão deveria ser realizada? Sim, porque havia e há ainda uma suspeição sobre o comportamento dos coronéis da Polícia Militar. No entanto, com a atitude adotada pela Polícia Civil autorizada pelo secretário da Segurança Pública, foi atingida a imagem da Polícia Militar e não a imagem dos coronéis da Polícia Militar.

O procedimento de prisão não deveria ter sido realizado da forma como foi.. Não que os coronéis merecessem qualquer tipo de atenção especial; não por isso, mas pelo fato de, ali, se tratarem de coronéis do alto escalão da Polícia Militar e que estão na qualidade de suspeitos, não foram condenados ainda.

O que deveria ter sido feito era solicitar, momentos antes da efetivação da prisão, ao comando geral da Polícia Militar com a presença do próprio comandante geral da Polícia Militar uma comissão de oficiais superiores para realizar a prisão. O que deveria ter sido feito, na ida ao prédio dos Aflitos, era solicitar também do comandante geral da Polícia Militar que fossem, também, apreendidos materiais no Setor de Planejamento da Polícia Militar. Parece que o secretário da Segurança Pública não tem mais confiança na instituição Polícia Militar. É isso que dá a impressão.

Gostaria de aqui, neste momento, dizer que o governador Jaques Wagner teve o

comportamento de governador e chefe de Estado, ou seja, ele não se envolveu, repito, não se envolveu no procedimento investigativo e deixou, realmente, que fosse realizado o processo de investigação. Soube, apenas, como governador do fato e mandou que desse prosseguimento às diligências. Mas o governador não foi o responsável por essa ação equivocada, ação errada do Sr. Secretário da Segurança Pública, que, até no momento da exposição pública dos presos à sociedade os presos, mediante as diligências efetuadas, se comportou de uma forma irresponsável ao sorrir, parecendo que estava realmente satisfeito com aquela cena constrangedora a que foi submetida a Polícia Militar do Estado da Bahia.

Então gostaria de deixar bem claro isso, Sr. Presidente, porque a nossa posição como oficial da Polícia Militar é também de repúdio à ação promovida pela Polícia Civil, por autorização do secretário da Segurança Pública.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o Líder do PMDB para falar, ou indicar o orador, pelo tempo de até 9 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Falará, por todo tempo, o deputado Valdeci.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Valdeci.

Para recompor a Mesa, convido o meu querido amigo deputado Rogério Andrade, que é da Mesa, para não só sentar-se ao meu lado e honrar-me com a sua presença, mas também recompor a Mesa, mantendo, assim, a proporcionalidade tão solicitada pelo deputado Heraldo Rocha, a fim de que o deputado Valdeci possa utilizar a tribuna, pelo tempo de 9 minutos, e fazer o seu precioso discurso.

O Sr. PROFESSOR VALDECI:-Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as}. Deputadas, trabalhadores aqui presentes, meus caros telespectadores do Canal Assembléia, quero dar os meu parabéns à deputada Eliana Boaventura pelas palavras carinhosas com relação ao governador Wagner, à nossa companheira Dilma pela estada em Feira de Santana, que só tem a ganhar com essa parceria com o governo.

Quero falar aqui, enquanto Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores, para expor o projeto de resolução em que o nosso diretório, em reunião, sábado, definiu as ações referentes ao processo político e à sucessão:

“Considerando que o Governo Lula implementou transformações sociais históricas no nosso país e sua continuidade sob a hegemonia do PT se coloca no centro da nossa estratégia.

Considerando que o nosso projeto nacional se estabilizou e se sustenta num arco de alianças de partidos de esquerda, centro e centro-esquerda, a vitória em 2010, implica na manutenção destes aliados.

Considerando a Bahia como um dos principais colégios eleitorais do País, e o maior Estado, em população e economia, dirigido por um governador petista, portanto, nossa tática no Estado tem de estar associada ao projeto nacional.

O PT da Bahia resolve:

1. Pugnar pela consolidação da aliança que elegeu Wagner em 2006, tendo o

PMDB como parceiro importante do nosso projeto, superando as tensões e fazendo a ampliação ao centro com o PP e o PR.

2. Estreitar os laços e diálogo com os partidos do campo popular PT, PC do B, PSB dialogando com o PDT e o PV, para implementar as mudanças de desenvolvimento do Estado, sob a hegemonia dos trabalhadores e dos setores médios da sociedade.

3. Constituição do fórum de debate permanente com os partidos do campo popular sobre 4. projetos para Bahia e cenários para 2010.

4. Estabelecer na sucessão estadual a lógica da construção do processo centrado na disputa do projeto nacional, que constitui o eixo principal das articulações com vistas em 2010, onde para o PT, a prioridade absoluta é a candidatura de Jaques Wagner à reeleição, para a conformação da aliança em um amplo campo político e construção de uma chapa majoritária forte e de alta competitividade.”

Venho insistindo neste discurso de que, com o Estado da Bahia imenso, são 417 municípios, uma população de 14 milhões de pessoas e esse índice de pobreza, precisamos ter a responsabilidade de partido político superando projetos eleitorais pessoais, pensando no projeto que consolida a eleição de Wagner em 2010, pois isso é democracia. O que acabei de ler foi a resolução do Partido dos Trabalhadores, do diretório estadual, reunido no último sábado, dia 7.

No mês em que comemoramos a lembrança da luta das mulheres, parablenho todas as desta Casa pela sessão especial que aconteceu na última quinta-feira. Quero dar os parabéns a toda a equipe de Santa Maria da Vitória, que realizou um ato extremamente bonito, grande e simbólico no domingo pela manhã numa caminhada que culminou com uma palestra de Dr^a Kátia, advogada do município, colocando a importância da luta das mulheres na história do Movimento Feminista.

Quero que fiquem registrados também os parabéns ao Padre Amaro, prefeito da cidade, por aquele importante movimento no dia 8 de março em homenagem às mulheres.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o Líder da Minoria ou do Democratas para falar ou indicar o orador por 9 minutos.

O Sr. Misael Neto:- Sr. Presidente, o deputado Heraldo Rocha falará por todo o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):-Com a palavra o deputado Heraldo Rocha por até 9 minutos.

O Sr. HERALDO ROCHA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas,teleouvintes da TV Assembleia, radiouvintes da Rádio Oposição, internautas que acessam o nosso site, www.heraldorocha.com.br, companheiros que nos dão a honra da visita na nossa sessão de hoje, pela manhã, assistindo ao programa da TV Bahia, Bahia Jornal da Manhã, vi a entrevista do Exm^o Sr. Secretário da Saúde

do Estado, Dr. Jorge Solla, lá na sua terra, deputado Fábio Santana, onde V.Ex^a é liderança. Ele não deixava a repórter perguntar. Falava como se estivesse dando uma aula. Não falava como se fosse o executor e o comandante do processo deste grave quadro de epidemia em que a Bahia está vivendo. Morreram 11 crianças, de Floresta Azul, Itororó, Itabuna e Buerarema, que o senhor também representa.

É de se estranhar que o Exm^o Sr. Secretário da Saúde só a esta altura do campeonato vá a Itabuna. No ano passado o ministro Temporão, quando esteve na Bahia, já alertava para uma tragédia anunciada: a epidemia de dengue em 2009. Todos sabíamos daquela situação de Itabuna, onde a Saúde foi pessimamente administrada, e o que acontece agora é uma consequência natural. Hoje chega à cidade o secretário da Saúde do Rio de Janeiro, deputado Fábio Santana, para ministrar ensinamentos a convite do Exm^o Sr. Secretário da Saúde.

Olhem, o professor Solla é professor da Universidade Federal da Bahia. Segundo informações que temos, o seu curriculum é muito rico. Ele deixou que o quadro se instalasse, ampliou os PSFs em 3,9%, que são os ambulatórios na sua grande maioria e têm necessidade de atuar preventivamente e, quando pedimos, eu mandei buscar agora, no meu gabinete, acessando o site da Sesab, o boletim epidemiológico de hoje, com dados ainda de 18 de fevereiro, bem defasado.

Em 2009, até a primeira semana de fevereiro, foram notificados 6.567 casos de dengue, correspondendo a um aumento de 153% em relação ao mesmo período de 2008, com 2.587 casos. Tivemos 184 casos suspeitos de dengue hemorrágica, que é uma forma grave da doença, até o momento, confirmaram-se 64 casos de dengue hemorrágica nos municípios de Jequié, cuja situação é grave, Apuarema, Barreiras, Camaçari, Castro Alves, Conceição do Coité, Ilhéus, Ipiaú, Ipirá, Itabuna, Manoel Vitorino, Jacobina, Miguel Calmon, Porto Seguro, Salvador, Serrolândia e Várzea do Poço.

A dengue é uma doença da omissão, a dengue é uma doença pela qual nós todos somos responsáveis: poder público, sociedade civil, este Poder, clubes de serviço, mas o comando, o comando do processo é da Secretaria da Saúde do Estado. É ela que tem que treinar, qualificar, enviar recursos, orientar com uma campanha publicitária.

Veja que o governo está usando a revista IstoÉ desta semana, que vem com uma propaganda maciça, mas não toca na campanha da dengue. É uma campanha maciça, aquele custo publicitário utilizado na revista IstoÉ desta semana, página inteira, mas não fala da dengue.

Hoje, assisti ao horário do Café com o governador, um negócio desses, ele copia tudo do Lula, tem o Café com Lula, e ele, agora, tem o Café com o governador e ele não tratou do assunto da dengue. O governador é o grande comandante.

Nobre deputado Fábio Santana, V.Ex^a fez um pronunciamento equilibrado há pouco, desta tribuna, mas eu quero dizer a V.Ex^a que o secretário da Segurança Pública representa o governador. O que ele faz, quem está fazendo é o governador. Se a atitude que foi feita com a Polícia Militar foi feita pelo secretário, o governador tem o comando, ele é o grande comandante do processo, em todos os processos.

Mas vejam só, no nosso Estado, 32% dos municípios notificaram a doença. Então, na verdade, municípios, somente 32, e nós somos 417 municípios no nosso Estado. Na verdade, a notificação é falha. Por que ela é falha? Porque, quando o médico examina o paciente com uma sintomatologia característica da dengue, que é uma doença febril aguda, com duração máxima de 7 dias, acompanhada de, pelo menos, dois dos seguintes sintomas: cefaleia, dor retroorbital, mialgia, artralgia, prostração e equisantema, e com a exposição à área de transmissão da dengue ou com a presença do mosquito transmissor, *Aedes Aegypti*.

Hoje, o Dr. Brito, competente secretário de Saúde de Salvador, explicou o porquê de as crianças estarem sendo acometidas de dengue hemorrágica. É em virtude de um vírus D-2 transmitido por pacientes que não foram imunizados. Por esse motivo as crianças estão sendo acometidas pela doença, normalmente aquelas de baixa imunidade, desnutridas e de baixo peso, o que favorece a instalação da doença.

Portanto, eu queria fazer um apelo ao Exmº Sr. Governador. Se não bastasse a Segurança Pública vivendo este momento gravíssimo. Se não bastasse o que vimos hoje pela manhã, com os estudantes de Medicina da UEFS tendo professor REDA para administrar a área de Medicina. Estávamos lá quando os alunos, trazidos pela deputada Eliana Boaventura, pediam avidamente o apoio desta Casa. Tenho certeza de que esta Assembleia ficará atenta a esta situação.

Quero parabenizar, em nome da minha categoria de médicos, V.Exª, deputada Eliana, e os deputados Zé Neto, Eliedson e Fernando Torres. Temos que tomar providências, pois a situação é muito grave! Os alunos de Medicina estão sem professores, não vão se formar. Aí o médico atende o paciente e não sabe fazer o diagnóstico de dengue.

Para concluir, Sr. Presidente, devo dizer que não vou me cansar, vou estar todos os dias nesta Casa mostrando o boletim epidemiológico. Na verdade, o grande comandante desse processo é o governador – que tem de descer do palanque –, e logo depois dele vem o secretário da Saúde. Não adianta ele ficar fazendo discurso bonito, de xiita; ele também precisa descer do palanque e cuidar da saúde do povo da Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o Líder do PT ou o do governo para falar ou indicar o orador pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, falará por todo o tempo o deputado Bira Coroa.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o nobre deputado Bira Coroa pelo tempo de até 9 minutos.

O Sr. BIRA COROA:- Sr. Presidente, deputado Marcelo Nilo, Srs. Deputados, Srªs Deputadas, Srs. Servidores, Srªs Servidoras desta Casa, Srs. Fazendários, que aqui representam o Fisco trazendo para cá um debate amplo no que tange à moralidade e à estruturação do setor. Quero novamente externar o nosso respeito e a nossa satisfação pela presença de vocês, mais uma vez, nesta Assembleia, fazendo

valer o direito de cidadania.

Acima de tudo, Sr. Presidente, quero externar aqui a minha satisfação, mesmo não estando presente naquela oportunidade, pela belíssima sessão que foi realizada em comemoração ao 8 de março, Dia Internacional da Mulher, que sem dúvida foi um dos atos mais significativos deste Poder.

Evento esse organizado pelas parlamentares desta Casa, que, com certeza, representam muito bem a força e a luta da mulher do nosso Estado.

Sr. Presidente, quero aproveitar para parabenizar o prefeito Luiz Carlos Caetano por mais uma ação estratégica e importante na reestruturação da modelagem de Camaçari. Aquele município, Sr. Presidente, é cortado no centro por uma linha férrea. Essa linha levou progresso ao município e a toda região, mas neste momento tem sido um empecilho ao processo de desenvolvimento da cidade, já que corta todo o seu centro, criando transtornos no processo de desenvolvimento principalmente no acesso comercial do município.

E o prefeito, Luiz Carlos Caetano, iniciou no mês de março, uma arrojada obra de passagem de níveis em três estágios na cidade, que vai desafogar o centro da cidade, preparando-a para uma ação maior, que é o deslocamento da linha férrea do centro, porque há uma discussão de passar subterrâneo e assim manter toda a área disponibilizada para o desenvolvimento do município. Por isso quero parabenizar o prefeito por mais essa ação.

Mas, Sr. Presidente, não poderia deixar também de me posicionar aqui sobre temática da semana, com relação a situação que tem sido cenários de debates nesta Casa, que é a situação ocorrida com a Polícia Militar. Quero aqui corrigir a minha afirmação, primeiro que não é com a Polícia Militar, não é com a corporação, é com personalidades da corporação. Assim como no cenário nacional tem acontecido com a classe política. Não podemos atribuir ao Congresso Federal, ao Senado e aos congressos estaduais ou às Casas legislativas municipais, e sim atribuir a representantes dessas instituições.

Essa é a diferença que quero aqui fazer, para não estar nessa linha de discurso, que ora já não acrescenta, que é de estar tentando envolver numa panela única, mexendo para um lado e para o outro para tentar colocar toda a corporação em nome dessa ação. Muito pelo contrário.

Quero inclusive, Sr. Presidente, parabenizar o governador Jaques Wagner e o secretário César Nunes por uma ação de compromisso, de respeito e de moralidade que foi essa operação. Porque combater a corrupção e investigar denúncias, comprovar e punir é ação de quem tem compromisso e respeito pela sociedade.

Claro que é lógico que algumas ações interferem de um lado ou do outro, mas para um governante que tem compromisso com a sociedade, que tem acima de tudo republicanismo como pauta, não pode estar tentando jogar sujeira debaixo do tapete ou passar a mão sobre cabeças. Há denúncias, há investigação e há um inquérito em encaminhamento, e esse é o procedimento que tem sido feito, que tem sido uma rotina nas gestões do PT.

É lógico que no cenário nacional, após Luiz Inácio Lula da Silva assumir a

presidência do Brasil, no seu primeiro mandato, esse processo iniciou-se. Vê-se as ações irem até o fim, ter prisões, ter condenações, investigações, e a sociedade ter o direito de ter a informação e o conhecimento. É isso que está sendo feito também pela primeira vez no Estado da Bahia.

Sei que incomoda e não é satisfatório para ninguém, porque o ideal era não estar acontecendo fatos como estes. Principalmente quando esses fatos vêm, por dentro de corporações estratégicas e importantes e referências para a dignidade e para o valor moral. É por isso que esse debate, essa discussão, nos abate muito.

Mas quero aqui chamar atenção mais uma vez e parabenizar a operação. É lógico que o direito de defesa está sendo consolidado. Esse processo se deu após 5 meses de investigação. Não é um fato isolado, não é a ação de tentar denegrir ou desqualificar uma instituição. Muito pelo contrário. Ocorreu com a Polícia Militar, como pode ocorrer com a Polícia Civil, com a classe política ou com qualquer outro segmento da sociedade. É isso que defendemos! É essa a estrutura que, ao longo do processo, a sociedade apontou. E não tenho dúvida nenhuma de que, quando elegeu Jaques Wagner, no primeiro turno, para o governo da Bahia, a sociedade o elegeu também com esse compromisso: trazer para a Bahia a apuração de irregularidades, a transparência nas ações e a responsabilidade com instituições públicas, diferentemente do que se viu, no passado, quando uma pasta cor-de-rosa desapareceu, um painel foi violado, e tantas e tantas outras ações que a gente poderia estar listando e que deram em pizza, ou seja, não se sabe o desfecho final.

Então, neste momento, a sociedade não pode permitir esse tipo de ação. Todas as ações que venham a fazer um enfrentamento a atos de corrupção, para trazer a moralidade, a dignidade, o respeito, a valorização da sociedade e o direito do cidadão, têm que ser aplaudidas, sim, e é isso, Sr. Presidente, que a sociedade baiana está fazendo.

O que eu tenho destacado desse fato é que, em todos os cantos desse Estado que andei, da semana passada para cá, encontrei a sociedade elogiando, aplaudindo, valorizando o ato, a ação. É isso que chamo a atenção: se houve abusos, equívocos, eles têm que ser corrigidos. Mas a ação não pode ser desqualificada, porque é também um instrumento da democracia, construído pela sociedade baiana e necessário para a afirmação do nosso povo. É por isso que quero, Sr. Presidente, mais uma vez, parabenizar o governador Jaques Wagner, o secretário de Segurança pelo sucesso da operação e deixar claro para a sociedade baiana que temos que exigir, cada vez mais, transparência, responsabilidade e compromisso do poder público.

Cedo o aparte, nobre Presidente, ao deputado João Bonfim.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Som para o deputado. Pode falar, deputado!

O Sr. João Bonfim:- Gostaria de, nesta tarde, deputado Bira, parabenizá-lo duplamente: primeiro, pelo brilhante discurso que faz e, principalmente, pela passagem do seu aniversário, hoje, motivo pelo qual o felicito junto com todos os membros deste Parlamento.

(Palmas!)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Bira, estava esperando que V.Ex^a concluísse, mas, já que o deputado João Bonfim, num momento de felicidade impar, parabenizou-o, gostaria de também parabenizá-lo em nome do Parlamento. V.Ex^a é um deputado respeitado nesta Casa, e esse respeito, já no primeiro mandato, é fruto da sua habilidade, da sua seriedade e do respeito que tem para com seus pares, para com a Bahia. Portanto, gostaria, em nome de toda a Assembléia Legislativa, parabenizar V.Ex^a e desejar-lhe muita paz, muita felicidade. Que V.Ex^a continue sendo essa pessoa de que todos gostamos. Parabéns, deputado!

Pois não, deputado Waldenor.

O Sr. Waldenor Pereira:- Encerrada a participação do deputado Bira, queria solicitar uma verificação de quórum para a continuação da presente sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a será atendido depois que o deputado Bira concluir.

Concluiu, deputado?

O Sr. BIRA COROA:- Já, nobre Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O deputado Waldenor fez uma questão de ordem pedindo uma verificação de quórum para continuação da sessão, e o deputado Heraldo Rocha tem, neste momento, a questão de ordem.

O Sr. Heraldo Rocha:- Presidente, gostaria de também pedir uma verificação de quórum de votação... Você pediu quórum para derrubar a sessão? Ah, para derrubar! Isso quer dizer que não vamos votar o projeto de resolução hoje!

A Maioria não tem quórum, mas quero uma verificação de quórum, Sr. Presidente, para a continuação desta sessão!

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a também quer a verificação do quórum para a continuação da sessão? Uma verificação nominal?

O Sr. Heraldo Rocha:- Claro! Nominal, com a chamada dos deputados em seus gabinetes, o painel zerado! Que sejam chamados os Srs. Deputados em todas as dependências da Casa, os que estão nas Secretarias, porque estamos aqui para votar!

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, V.Ex^a quer uma verificação de quórum para continuação da sessão, não é? Zere-se o painel!

Srs. Deputados que estão no cafezinho, no salão deputado Nestor Duarte, nas Galerias, na biblioteca ou acessando o site www.deputadoheraldorocha.com.br, venham ao Plenário a fim de que seja feita a verificação de quórum para continuação da sessão.

O deputado Waldenor pede verificação de quórum para derrubar a sessão – após a qual, lembrando, Srs. Deputados, haverá uma Extraordinária – e o deputado Heraldo, para a continuação da sessão.

Zere-se o painel!

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O Sr. Deputado gostaria de verificação de quórum para continuidade da sessão, não é isso?

Zere-se o painel!

Srs. Deputados que estão no cafezinho, no Salão Deputado Nestor Duarte, na biblioteca ou que estão acessando site www.deputadoheraldorochoa.com.br, venham para o Plenário para verificação de quórum de continuidade da sessão.

O deputado Waldenor pede para derrubar esta sessão. Lembro que, logo após, haverá uma sessão extraordinária. E o deputado Heraldo pede a continuidade da sessão.

Zere-se o painel e que sejam marcados os 15 minutos de praxe.

Eu gostaria de que os deputados Heraldo Rocha, Waldenor Pereira e Rogério Andrade e a deputada Antônia Pedrosa marcassem suas presenças.

Deputado Gildásio, substitua aqui o deputado Rogério Andrade, pois ele pede para ser substituído. Eu lhe agradeço.

Lembrando, Srs. Deputados, que há uma sessão extraordinária marcada para 1 minuto após o encerramento desta.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/sessoes.cfm>. Acesse ao caminho **Atividades Parlamentares - Sessões Plenárias** e leia-as na íntegra.*